15/06/2023

Número: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL

Órgão julgador: 1º VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG.

**PUBLICOS DA COMARCA DE CAMAÇARI** 

Última distribuição : 11/03/2022

Valor da causa: R\$ 0,00

Processo referência: 07016512819978260100

Assuntos: **Diligências** Segredo de justiça? **NÃO** Justiça gratuita? **NÃO** 

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
3ª Vara Civel de São Paulo (DEPRECANTE)	
TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO (REQUERIDO)	A ALFREDO LUIZ KUGELMAS (ADVOGADO)
1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE CAMAÇARI-BA (DEPRECADO)	
CARTORIO DO 1º Oficio de Imóveis da Comarca de Camacari. (TERCEIRO INTERESSADO)	

Camaş	Califaçari. (TERCEIRO INTERESSADO)					
	Documentos					
ld.	Data da Assinatura	Documento	Tipo			
38337 5264	23/05/2023 11:08	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório			
38127 1454	15/04/2023 01:39	Laudo de avaliação terreno TECNOMONT, Polo Petroquímico, Rua dos Polimeros.pdf	Devolução de Mandado			
38127 1455	15/04/2023 01:39	Certidão-CCM-1.pdf	Devolução de Mandado			
38133 5865	15/04/2023 01:26	Certidão-CCM-1.pdf	Devolução de Mandado			
38133 5866	15/04/2023 01:26	Laudo de avaliação terreno TECNOMONT, Polo Petroquímico, Rua dos Polimeros.pdf	Devolução de Mandado			
38042 1651	11/04/2023 10:39	Informação	Informação			
38040 8204	11/04/2023 10:36	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório			
36878 9500	28/02/2023 10:43	Mandado	Mandado			
35960 2529	01/02/2023 15:54	Petição	Petição			
34886 2317	09/01/2023 17:59	Mandado	Mandado			
33925 9418	09/01/2023 17:37	Outros documentos	Outros documentos			
33245 4593	07/12/2022 11:55	<u>Petição</u>	Petição			
29523 6447	17/11/2022 15:07	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório			
35189 7909	16/01/2023 03:00	Certidão de publicação no DJe	Certidão de publicação no DJe			

24308 0285	08/11/2022 12:11	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
25927 3984	12/10/2022 02:20	Certidão-CCM-1.pdf	Devolução de Mandado
23473 6477	15/09/2022 00:15	Certidão-CCM-1.pdf	Devolução de Mandado
23186 0688	06/09/2022 12:03	CERTIDÃO	CERTIDÃO
23186 0695	06/09/2022 12:03	ANEXAR 8007476-49.2022	CERTIDÃO
23185 1456	06/09/2022 11:46	<u>Mandado</u>	Mandado
22696 8369	25/08/2022 13:55	<u>Petição</u>	Petição
22696 8371	25/08/2022 13:55	8007476-49.2022.8.05.0039 AGUARDA	Petição
22334 9874	15/08/2022 13:57	Mandado	Mandado
22326 8076	15/08/2022 13:55	Mandado	Mandado
22094 7912	12/08/2022 14:23	<u>Despacho</u>	Despacho
21854 9678	28/07/2022 14:44	<u>Petição</u>	Petição
21854 9685	28/07/2022 14:44	8007476-49.2022.8.05.0039 CUSTAS	Petição
21684 1493	22/07/2022 11:35	CERTIDÃO	CERTIDÃO
21684 1495	22/07/2022 11:35	RECIBO ENVIO OF	CERTIDÃO
21679 7528	22/07/2022 09:49	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
22126 3235	06/08/2022 20:49	Certidão de publicação no DJe	Certidão de publicação no DJe
21679 7523	22/07/2022 09:49	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
21497 2752	22/07/2022 09:43	<u>Ofício</u>	Ofício
21340 4241	12/07/2022 13:44	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
21360 4300	11/07/2022 12:04	<u>Petição</u>	Petição
18790 5074	25/03/2022 16:28	<u>Certidão</u>	Certidão
18561 3416	11/03/2022 17:38	Petição Inicial	Petição Inicial
18561 3417	11/03/2022 17:38	CP CIVEL	Carta Precatória
18561 3419	11/03/2022 17:38	CP DOC 01	Outros documentos
18561 3420	11/03/2022 17:38	CP DOC 02	Outros documentos
18561 3422	11/03/2022 17:38	CP DOC 03	Outros documentos
18561 3423	11/03/2022 17:38	CP DOC 04	Outros documentos
18561 3424	11/03/2022 17:38	CP DOC 05	Outros documentos
18561 3425	11/03/2022 17:38	CP DOC 06	Outros documentos

#### PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Camaçari

1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais

Centro Adm. de Camaçari, Fórum de Camaçari, Fone: 71 3621-8748, Camaçari-BA

#### ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

**DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO** 

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE CAMAÇARI-BA

Conforme Provimento 06/2016 da Corregedoria Geral de Justiça, pratiquei o ato processual

abaixo:

Considerando as informações prestadas pelo Sr. Oficial de Justiça na certidão de ID: 381271454, proceda-se à devolução ao Juízo Deprecante com as cautelas devidas. Após, arquivé-se os autos.

Camaçari, 15 de maio de 2023

Anderson da Cunha Teixeira

Diretor de Secretaria

MN





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Laudo de Avaliação

Número do Processo: 8007476-49.2022.8.05.0039 (Proc. De Origem: 0701651-28.1997.8.26.0100)

Requerente: Massa Falida

Executado: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS

O bem Avaliado: Terreno de matrícula nº4826 do 1º Oficio de Registro de Imóveis e

Hipotecas da Comarca de Camaçari- BA

Data da Avaliação: 10 de março de 2023

Método utilizado: Método comparativo direto de dados do mercado

Valor do bem Avaliado: R\$ 5.900.000,00(cinco milhões e novecentos mil reais)





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Laudo de Avaliação

## 1- IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE:

Nome do Juízo - Exma. Dra. Marina Rodamilans de Paiva Lopes da Silva, Juíza da 1ª Vara de Feitos de Rel. De Cons. Cível e Comerciais, da Comarca de Camaçari- BA.

Nome do Interessado - Massa Falida

Nome do proprietário do bem - TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS

## 2 - FINALIDADE DO LAUDO:

Cumprimento de ordem judicial.

# 3 - OBJETIVO DA AVALIAÇÃO:

Determinação do valor de terreno de matrícula nº4826 do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Camaçari- BA, localicado na Rua dos Polímeros, Polo Petroquímico de Camaçari -BA.





# TRIBUNAL DO ESTADO DA BAHIA

Laudo de Avaliação

## 4 - PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES:

- 4.1 A presente avaliação foi efetuada com base nos critérios e procedimentos estabelecidos pala ABNT NBR 14653- Avaliação de Bens (parte 1- procedimentos Gerais e Parte 2- Imóveis Urbanos).
- 4.2 O oficial de justiça não possui formação técnica especializada para realizar os testes estatísticos ou operar com os modelos matemáticos previstos na referida norma técnica.
- 4.3 A documentação apresentada, certidão de registro de imóveis e hipoteca, que consta no processo, contém as informações mínimas necessárias para efetuar a avaliação, quais sejam: área total do terreno de Matrícula nº 4826 registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Camaçari-BA, localicado na Rua dos Polímeros, Polo Petroquímico de Camaçari -BA, medindo um total de de 10.000m² (dez mil metros quadrados).
- 4.4 Conforme registro fotográfico o terreno avaliado não apresenta benfeitorias. Encontra-se totalmente ocupado por vegetação (mato) e no meio da vegeteção um pequeno imóvel totalmente em ruinas e sem nenhum valor,





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Laudo de Avaliação

# 5 - IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL AVALIADO -**VISTORIA**

INFRAESTRUTURA URBANA	
Água potável	(X) sim () não
Coleta de resíduos sólidos	(X) sim () não
Energia elétrica	(X) sim () não
Esgotamento sanitário	(X) sim () não
Galeria de águas pluviais	(X) sim () não
Gás canalizado	( ) sim (X) não
Iluminação pública	(X) sim () não
Rede de internet	(X) sim () não
Rede de telefone	(X) sim () não
Rede de televisão	(X) sim () não
Transporte coletivo	( ) sim (X) não
POLOS VALORIZANTES	
Shopping center	( ) sim ( ) não
Supermercado	( ) sim ( ) não
Farmácia	( ) sim ( ) não
Padaria	( ) sim ( ) não
Praia	( ) sim ( ) não
Estação de metrô	( ) sim ( ) não
Ponto de ônibus	( ) sim ( ) não
Outros	(X) sim () não
Trata-se de uma Industrial, sendo consider industriais instaladas nesta mesma Rua.	rando como ponto valorizante empresas
POLOS DESVALORIZANTES	
Ocupações irregulares	( ) sim ( X ) não
Favelas	( ) sim ( X ) não



Regiões alagadas	( ) sim ( X ) não
Ruas escuras	( ) sim ( X ) não
Trânsito intenso	( ) sim ( X ) não
Acúmulo de lixo	( ) sim ( X ) não
Alto nível de ruídos	( ) sim ( X ) não
Outros	( ) sim ( X ) não
	·

## 6 - MÉTODO COMPARATIVO DIRETO DE DADOS DE MERCADO

Esse método identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes de uma amostra representativa de dados do mercado imobiliário. As características da amostra coletada devem ser, tanto quanto possível, semelhantes às do avaliando, usando-se toda a evidência disponível.

## 7 - PLANILHA DOS DADOS UTILIZADOS

AMOSTRAS do Site imovelweb	TIPOS DE IMÓVEIS	AGRUPAME NTO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA ÚTIL	VALOR DO IMÓVEL
AMOSTRA 1 https://www.vivareal.co m.br/imovel/lote- terreno-polo- petroquimico-bairros- camacari-25000m2- venda-RS8900000-id- 2581083412/	Terreno	Área Industrial	BA 093, Petroquímico de Camaçari- BA	25.000m <sup>2</sup>	R\$8.900.000,00
AMOSTRA 2 https://www.imovelweb .com.br/propriedades/t erreno-linha-verde- entrada-da-cetrel- 13.000- 2978950233.html	Terreno	Área Industrial	Estrada da Cetrel, Polo Petroquímico de Camaçari	13.000m <sup>2</sup>	R\$5.200.000,00
AMOSTRA 3 https://www.chavesnam ao.com.br/imovel/terre no-comercial-a-venda- ba-camacari-polo- petroquimico-10000m2- RS10000000/id- 12834211/	Terreno	Área Industrial	Via Parafuso, Polo Petroquímico de Camaçari	10.000m <sup>2</sup>	R\$10.000.000,00

# 8 - TRATAMENTO DOS DADOS E IDENTIFICAÇÃO DO RESULTADO

Considerando os fatores limitantes descritos no item 4.2 e, visando compensar a simplificação do método comparativo direto de dados de mercado, este oficial de justiça, na fase de levantamento de dados, se empenhou para obter uma amostra representativa, com coleta de dados e informações confiáveis, sobretudo, observando atributos iguais ou, no mínimo, muito semelhantes aos do imóvel avaliando, como se pode observar na identificação e caracterização do imóvel avaliando (item 5) e na planilha dos dados de mercado utilizados (item 7).

E ainda, objetivando simplificar o modelo matemático para fins da identificação do resultado, foi considerado que as amostras coletadas no mercado possuem atributos tão semelhantes aos do imóvel avaliando, que sua única variável independente, que explicará a formação do preço do imóvel, será a sua área.

# 9 – TRATAMENTO DOS DADOS E IDENTIFICAÇÃO DO RESULTADO

AMOSTRAS	ÁREA ÚTIL (m²)	VALOR DO IMÓVEL (R\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$/ m²)			
AMOSTRA 1	25.000m <sup>2</sup>	R\$8.900,00	R\$356,00			
AMOSTRA 2	13.000m <sup>2</sup>	R\$5.200.000,00	R\$400,00			
AMOSTRA 3 10.000m2		R\$10.000.000,00	R\$1.000,00			
PREÇO MÉDIO DO m <sup>2</sup>			585,33			
IMÓVEL AVALIANDO 10.000m²		R\$5.853,33	585,33			
VALOR AVALIADO ARR	EDONDADO (ATÉ 1%)	R\$ 5.900.000,00				

# 10 - RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Diante de todo Exposto, avalio o imóvel em

R\$ 5.900.000,00 (cinco milhões e novecentos mil reais)

Camaçari, 10 de março de 2023

Geilda Gonçalves da Silva Conceição Oficial de Justiça Avaliador Matricula 804650-6

# 11 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO









Camaçari, 10 de março de 2023

Geilda Gonçalves da Silva Conceição Oficial de Justiça Avaliador Matrícula 804650-6



#### PODER JUDICIÁRIO

#### Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Processo Número: 80074764920228050039

Número Mandado: 23835097

Central de Mandados: CAMAÇARI | CCM

Nome Destinatário: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS SA E OUTRO

Unidade Judicial: 1ª V CIVEL, ACIDENTE DE TRABALHO E FAMILIA DE CAMACARI

Oficial: GEILDA GONCALVES DA SILVA CONCEICAO

## Certidão

Certifico que, cumpri com a avaliação do imóvel Registrado no 1º Ofício de Imóveis da Comarca de Camaçari, sob o número 4826, registrado em nome da TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A, conforme laudo anexo.

O referido é verdade, dou fé.

Camaçari, 10 de março de 2023

Geilda Gonçalves da Silva Conceição Oficial de Justiça Avaliador Cad. 804650-6





#### PODER JUDICIÁRIO

#### Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

**Processo Número:** 80074764920228050039

Número Mandado: 25072214

Central de Mandados: CAMAÇARI | CCM

Nome Destinatário: CARTORIO DO OFICIO DE IMOVEIS DA COMARCA DE CAMACARI Unidade Judicial: 1ª V CIVEL, ACIDENTE DE TRABALHO E FAMILIA DE CAMACARI

Oficial: GEILDA GONCALVES DA SILVA CONCEICAO

## Certidão

Certifico que, cumpri com a avaliação do imóvel Registrado no 1º Ofício de Imóveis da Comarca de Camaçari, sob o número 4826, registrado em nome da TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A, conforme laudo anexo.

O referido é verdade, dou fé.

Camaçari, 10 de março de 2023

Geilda Gonçalves da Silva Conceição Oficial de Justiça Avaliador Cad. 804650-6





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Laudo de Avaliação

Número do Processo: 8007476-49.2022.8.05.0039 (Proc. De Origem: 0701651-28.1997.8.26.0100)

Requerente: Massa Falida

Executado: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS

O bem Avaliado: Terreno de matrícula nº4826 do 1º Oficio de Registro de Imóveis e

Hipotecas da Comarca de Camaçari- BA

Data da Avaliação: 10 de março de 2023

Método utilizado: Método comparativo direto de dados do mercado

Valor do bem Avaliado: R\$ 5.900.000,00(cinco milhões e novecentos mil reais)





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Laudo de Avaliação

## 1- IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE:

Nome do Juízo - Exma. Dra. Marina Rodamilans de Paiva Lopes da Silva, Juíza da 1ª Vara de Feitos de Rel. De Cons. Cível e Comerciais, da Comarca de Camaçari- BA.

Nome do Interessado - Massa Falida

Nome do proprietário do bem - TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS

## 2 - FINALIDADE DO LAUDO:

Cumprimento de ordem judicial.

# 3 - OBJETIVO DA AVALIAÇÃO:

Determinação do valor de terreno de matrícula nº4826 do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Camaçari- BA, localicado na Rua dos Polímeros, Polo Petroquímico de Camaçari -BA.





# TRIBUNAL DO ESTADO DA BAHIA

Laudo de Avaliação

## 4 - PRESSUPOSTOS, RESSALVAS E FATORES LIMITANTES:

- 4.1 A presente avaliação foi efetuada com base nos critérios e procedimentos estabelecidos pala ABNT NBR 14653- Avaliação de Bens (parte 1- procedimentos Gerais e Parte 2- Imóveis Urbanos).
- 4.2 O oficial de justiça não possui formação técnica especializada para realizar os testes estatísticos ou operar com os modelos matemáticos previstos na referida norma técnica.
- 4.3 A documentação apresentada, certidão de registro de imóveis e hipoteca, que consta no processo, contém as informações mínimas necessárias para efetuar a avaliação, quais sejam: área total do terreno de Matrícula nº 4826 registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Camaçari-BA, localicado na Rua dos Polímeros, Polo Petroquímico de Camaçari -BA, medindo um total de de 10.000m² (dez mil metros quadrados).
- 4.4 Conforme registro fotográfico o terreno avaliado não apresenta benfeitorias. Encontra-se totalmente ocupado por vegetação (mato) e no meio da vegeteção um pequeno imóvel totalmente em ruinas e sem nenhum valor,





# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Laudo de Avaliação

# 5 - IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL AVALIADO -**VISTORIA**

INFRAESTRUTURA URBANA	
Água potável	(X) sim () não
Coleta de resíduos sólidos	(X) sim () não
Energia elétrica	(X) sim () não
Esgotamento sanitário	(X) sim () não
Galeria de águas pluviais	(X) sim () não
Gás canalizado	( ) sim (X) não
Iluminação pública	(X) sim () não
Rede de internet	(X) sim () não
Rede de telefone	(X) sim () não
Rede de televisão	(X) sim () não
Transporte coletivo	( ) sim (X) não
POLOS VALORIZANTES	
Shopping center	( ) sim ( ) não
Supermercado	( ) sim ( ) não
Farmácia	( ) sim ( ) não
Padaria	( ) sim ( ) não
Praia	( ) sim ( ) não
Estação de metrô	( ) sim ( ) não
Ponto de ônibus	( ) sim ( ) não
Outros	(X) sim () não
Trata-se de uma Industrial, sendo consider	ando como ponto valorizante empresas
industriais instaladas nesta mesma Rua.	
POLOS DESVALORIZANTES	1 ( ) ( )
Ocupações irregulares	( ) sim ( X ) não
Favelas	( ) sim ( X ) não



Regiões alagadas	( ) sim ( X ) não
Ruas escuras	( ) sim ( X ) não
Trânsito intenso	( ) sim ( X ) não
Acúmulo de lixo	( ) sim ( X ) não
Alto nível de ruídos	( ) sim ( X ) não
Outros	( ) sim ( X ) não
	·

## 6 - MÉTODO COMPARATIVO DIRETO DE DADOS DE MERCADO

Esse método identifica o valor de mercado do bem por meio de tratamento técnico dos atributos dos elementos comparáveis, constituintes de uma amostra representativa de dados do mercado imobiliário. As características da amostra coletada devem ser, tanto quanto possível, semelhantes às do avaliando, usando-se toda a evidência disponível.

#### 7 - PLANILHA DOS DADOS UTILIZADOS

AMOSTRAS do Site imovelweb	TIPOS DE IMÓVEIS	AGRUPAME NTO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA ÚTIL	VALOR DO IMÓVEL
AMOSTRA 1 https://www.vivareal.co m.br/imovel/lote- terreno-polo- petroquimico-bairros- camacari-25000m2- venda-RS8900000-id- 2581083412/	Terreno	Área Industrial	BA 093, Petroquímico de Camaçari- BA	25.000m <sup>2</sup>	R\$8.900.000,00
AMOSTRA 2 https://www.imovelweb .com.br/propriedades/t erreno-linha-verde- entrada-da-cetrel- 13.000- 2978950233.html	Terreno	Área Industrial	Estrada da Cetrel, Polo Petroquímico de Camaçari	13.000m <sup>2</sup>	R\$5.200.000,00
AMOSTRA 3 https://www.chavesnam ao.com.br/imovel/terre no-comercial-a-venda- ba-camacari-polo- petroquimico-10000m2- RS10000000/id- 12834211/	Terreno	Área Industrial	Via Parafuso, Polo Petroquímico de Camaçari	10.000m <sup>2</sup>	R\$10.000.000,00

# 8 - TRATAMENTO DOS DADOS E IDENTIFICAÇÃO DO RESULTADO

Considerando os fatores limitantes descritos no item 4.2 e, visando compensar a simplificação do método comparativo direto de dados de mercado, este oficial de justiça, na fase de levantamento de dados, se empenhou para obter uma amostra representativa, com coleta de dados e informações confiáveis, sobretudo, observando atributos iguais ou, no mínimo, muito semelhantes aos do imóvel avaliando, como se pode observar na identificação e caracterização do imóvel avaliando (item 5) e na planilha dos dados de mercado utilizados (item 7).

E ainda, objetivando simplificar o modelo matemático para fins da identificação do resultado, foi considerado que as amostras coletadas no mercado possuem atributos tão semelhantes aos do imóvel avaliando, que sua única variável independente, que explicará a formação do preço do imóvel, será a sua área.

# 9 – TRATAMENTO DOS DADOS E IDENTIFICAÇÃO DO RESULTADO

AMOSTRAS	ÁREA ÚTIL (m²)	VALOR DO IMÓVEL (R\$)	VALOR UNITÁRIO (R\$/ m²)			
AMOSTRA 1	25.000m <sup>2</sup>	R\$8.900,00	R\$356,00			
AMOSTRA 2	13.000m <sup>2</sup>	R\$5.200.000,00	R\$400,00			
AMOSTRA 3 10.000m2		R\$10.000.000,00	R\$1.000,00			
PREÇO MÉDIO DO m <sup>2</sup>			585,33			
IMÓVEL AVALIANDO	10.000m <sup>2</sup>	R\$5.853,33	585,33			
VALOR AVALIADO ARR	REDONDADO (ATÉ 1%)	R\$ 5.900.000,00				



# 10 - RESULTADO DA AVALIAÇÃO

Diante de todo Exposto, avalio o imóvel em

R\$ 5.900.000,00 (cinco milhões e novecentos mil reais)

Camaçari, 10 de março de 2023

Geilda Gonçalves da Silva Conceição Oficial de Justiça Avaliador Matricula 804650-6

# 11 – RELATÓRIO FOTOGRÁFICO









Camaçari, 10 de março de 2023

Geilda Gonçalves da Silva Conceição Oficial de Justiça Avaliador Matrícula 804650-6

# **INFORMAÇÕES**

# CAMACARI 1VFRCCCOM <camacari1vfrcccom@tjba.jus.br>

Ter, 11/04/2023 10:38

Para: Central de Cumprimento de Mandados Camaçari BA <ccmcamacari@tjba.jus.br>

#### PODER JUDICIÁRIO

1ª Vara de Feitos de Relação de Consumo, Cíveis, Comerciais e Registros Públicos da Comarca de Camaçari-BA.

Fórum Clemente Mariani - Centro Administrativo - 4º andar - Tel. 71-3621-8748 - email: camacari1vfrcccom@tjba.jus.br

Tendo em vista o mandado expedido nos autos da Carta Precatória nº 88007476-49.2022.8.05.0039 enviados à essa CCM, solicito informações acerca do cumprimento do mandado.

Att.. Anderson da Cunha Teixeira Diretor de Secretaria



#### PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Camaçari

1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais

Centro Adm. de Camaçari, Fórum de Camaçari, Fone: 71 3621-8748, Camaçari-BA

#### ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

**DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO** 

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE CAMAÇARI-BA

Conforme Provimento 06/2016 da Corregedoria Geral de Justiça, pratiquei o ato processual abaixo:

Solicite-se da Central de Mandados por e-mail institucional, informações acerca do cumprimento do mandado.

Camaçari, 11 de abril de 2023

Anderson da Cunha Teixeira

Diretor de Secretaria

MN



PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - 1º VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG. PUBLICOS DA COMARCA DE **CAMAÇARI** 

8007476-49.2022.8.05.0039 Carta Precatória Cível - Jurisdição: Camaçari

Destinatário: Cartorio Do 1º Oficio De Imóveis Da Comarca De Camaçari.

Endereço: Rua de Contorno do Centro Administrativo, S/N, EDF JACUIPE PRIME SLAS 06.07 E

08, Dois de Julho, CAMAÇARI - BA - CEP: 42809-252

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - 1º VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG. PUBLICOS DA COMARCA DE CAMAÇARI

8007476-49.2022.8.05.0039 Carta Precatória Cível - Jurisdição: Camaçari

Destinatário: Tecnomont Projetos E Montagens Industriais S/a E Outro

Endereço: Rua dos Polímeros, 870, Pólo Industrial de Camaçari, CAMAÇARI - BA - CEP: 42816-

250

Advogado: Alfredo Luiz Kugelmas (OAB:0015335/SP)

#### PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Camacari 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais Centro Adm. de Camaçari, Fone: 71 3621-8748, Camaçari-BA

# MANDADO DE AVALIAÇÃO

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E

**OUTRO** 

DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA

COMARCA DE CAMAÇARI-BA

DE ORDEM do(A) Doutor(a) MARINA RODAMILANS DE PAIVA LOPES DA SILVA, Juíza de Direito da(o) 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais, da Comarca de Camaçari, na forma da lei, etc.

MANDO a qualquer Oficial de Justiça, ou a quem suas vezes fizer, ao qual for o presente distribuído, extraído dos autos acima epigrafados, que cumpra na íntegra à Carta Precatória de ID 185613417, COM A FINALIDADE DE AVALIAÇÃO E PRACEAMENTO, do imóvel de propriedade falida, objeto da matrícula nº 4826, do 1º Oficio de Imóveis da Comarca de Camaçari.



Obs: O acesso aos autos deverá ser feito por meio do link a seguir:

https://pje.tjba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=221216103543 3960000330076267, através do número do documento: 22121610354339600000330076267

Eu, Mirla Adrielle Cruz Nascimento, estagiária de direito, o digitei. Camaçari (BA), 16 de dezembro de 2022

Telefone da Central de Mandados: (71) 3621-8718

Pollyana Passos de Arruda

Técnica Judiciária



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS, E REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE CAMAÇARI – BA.

Processo nº 8007476-49.2022.8.05.0039

## **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

#### A MASSA FALIDA DE TECNOMONT PROJETOS E

**MONTAGENS LTDA.,** representada por seu síndico dativo, vem mui respeitosamente a presença de V. Exa., nos autos da Carta Precatória em epigrafe, ante ao Ato Ordinatório de id. 243080285, expor e requerer o que segue:

- 1) A Massa Falida se dá por ciente do teor da certidão da sra. Oficiala de Justiça, que em síntese informa que deixou de realizar a diligência em razão do quantitativo de mandados distribuído; e o referido mandado estar com o prazo para cumprimento expirado, e estando a Oficiala em período de férias a partir de 13/10/2022.
- 2) Data venia, requer seja expedido o mandado com novo prazo para cumprimento com urgência haja visto o tempo decorrido.



Termos em que,

pede deferimento.

São Paulo, 01 de fevereiro de 2023.

## **ALFREDO LUIZ KUGELMAS**

Síndico Dativo - OAB/SP 15.335

Este decumento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARINHEIRO BRUGNEROTTO, liberado nos autos em 10/10/2023 às 16:34 . Para conferir o original, acesse o site https://esaj.ijss.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0701651-28.1997.8.26.0100 e código sKemmka2.

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - 1º VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG. PUBLICOS DA COMARCA DE CAMAÇARI

8007476-49.2022.8.05.0039 Carta Precatória Cível - Jurisdição: Camaçari Destinatário: Tecnomont Projetos E Montagens Industriais S/a E Outro

Endereço: Rua dos Polímeros, 870, Pólo Industrial de Camaçari, CAMAçARI - BA - CEP: 42816-

250

Advogado: Alfredo Luiz Kugelmas (OAB:0015335/SP)

#### PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Camaçari 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais Centro Adm. de Camaçari, Fone: 71 3621-8748, Camaçari-BA

# MANDADO DE AVALIAÇÃO

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E

**OUTRO** 

DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA

COMARCA DE CAMAÇARI-BA

DE ORDEM do(A) Doutor(a) MARINA RODAMILANS DE PAIVA LOPES DA SILVA, Juíza de Direito da(o) 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais, da Comarca de Camaçari, na forma da lei, etc.

MANDO a qualquer Oficial de Justiça, ou a quem suas vezes fizer, ao qual for o presente distribuído, extraído dos autos acima epigrafados, que cumpra na íntegra à Carta Precatória de ID 185613417, **COM A FINALIDADE DE AVALIAÇÃO E PRACEAMENTO**, do imóvel de propriedade falida, objeto da matrícula nº 4826, do 1º Oficio de Imóveis da Comarca de Camaçari.

Obs: O acesso aos autos deverá ser feito por meio do link a seguir:

https://pje.tjba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=221216103543 39600000330076267, através do número do documento: 22121610354339600000330076267



Eu, Mirla Adrielle Cruz Nascimento, estagiária de direito, o digitei. Camaçari (BA), 16 de dezembro de 2022

Telefone da Central de Mandados: (71) 3621-8718

Pollyana Passos de Arruda

Técnica Judiciária



#### PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Camaçari 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais Centro Adm. de Camaçari, Fone: 71 3621-8748, Camaçari-BA

## MANDADO DE AVALIAÇÃO

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E

**OUTRO** 

DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA

COMARCA DE CAMAÇARI-BA

DE ORDEM do(A) Doutor(a) MARINA RODAMILANS DE PAIVA LOPES DA SILVA, Juíza de Direito da(o) 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais, da Comarca de Camaçari, na forma da lei, etc.

MANDO a qualquer Oficial de Justiça, ou a quem suas vezes fizer, ao qual for o presente distribuído, extraído dos autos acima epigrafados, que cumpra na íntegra à Carta Precatória de ID 185613417, **COM A FINALIDADE DE AVALIAÇÃO E PRACEAMENTO**, do imóvel de propriedade falida, objeto da matrícula nº 4826, do 1º Oficio de Imóveis da Comarca de Camaçari.

Obs: O acesso aos autos deverá ser feito por meio do link a seguir:

https://pje.tjba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=221216103543 39600000330076267, através do número do documento: 22121610354339600000330076267

Eu, Mirla Adrielle Cruz Nascimento, estagiária de direito, o digitei. Camaçari (BA), 16 de dezembro de 2022

Telefone da Central de Mandados: (71) 3621-8718



Pollyana Passos de Arruda

Técnica Judiciária



# Este decumento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARINHEIRO BRUGNEROTTO, liberado nos autos em 10/10/2023 às 16:34 . Para conferir o original, acesse o site https://esaj.ijsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0701651-28.1997.8.26.0100 e código sKemmka2.

# ALFREDO LUIZ KUGELMAS advogado

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS, E REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE CAMAÇARI – BA.

Processo nº 8007476-49.2022.8.05.0039 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

#### A MASSA FALIDA DE TECNOMONT

**PROJETOS E MONTAGENS LTDA.,** representada por seu síndico dativo, vem mui respeitosamente a presença de V. Exa., nos autos da Carta Precatória em epigrafe, ante ao Ato Ordinatório de id. 243080285, expor e requerer o que segue:

- 1) A Massa Falida se dá por ciente do teor da certidão da sra. Oficiala de Justiça, que em síntese informa que deixou de realizar a diligência em razão do quantitativo de mandados distribuído; e o referido mandado estar com o prazo para cumprimento expirado, e estando a Oficiala em período de férias a partir de 13/10/2022.
- 2) Data venia, requer seja expedido o mandado com novo prazo para cumprimento com urgência haja visto o tempo decorrido.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 07 de dezembro de 2022.

ALFREDO LUIZ KUGELMAS Síndico Dativo – OAB/SP 15.335

bosg



#### PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Camaçari 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais Centro Adm. de Camaçari, Fone: 71 3621-8748, Camaçari-BA

## ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO

DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE

CAMAÇARI-BA

Conforme Provimento 06/2016 da Corregedoria Geral de Justiça, pratiquei o ato processual abaixo:

Considerando as informações prestadas pelo Sr. Oficial de Justiça na certidão de ID: 234736477, intime-se a parte interessada, cadastrada nesta Carta Precatória, para manifestar acerca da referida certidão, requerendo o que entender de direito. Prazo de 15 dias sob pena de devolução ao Juízo deprecante.

Camaçari, 4 de novembro de 2022

Anderson da Cunha Teixeira

Diretor de Secretaria

MN





## **PODER JUDICIÁRIO**

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Processo: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL n. 8007476-49.2022.8.05.0039

Órgão Julgador: 1ª VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG. PUBLICOS DA COMARCA DE

CAMAÇARI

DEPRECANTE: 3ª Vara Civel de São Paulo

Advogado(s):

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO e outros

Advogado(s): ALFREDO LUIZ KUGELMAS (OAB:SP15335)

#### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o ato abaixo foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 10/01/2023.

Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

O prazo terá início em 23/01/2023

Prazo (dias)

15

Término do prazo

13/02/2023.

Teor do ato: "PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

1ª VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG. PUBLICOS DA COMARCA DE

CAMACARI

ATO ORDINATÓRIO

8007476-49.2022.8.05.0039 Carta Precatória Cível

Jurisdição: Camaçari

Deprecante: 3ª Vara Civel De São Paulo

Requerido: Tecnomont Projetos E Montagens Industriais S/a E Outro

Advogado: Alfredo Luiz Kugelmas (OAB:SP15335)

Deprecado: 1ª Vara De Feitos De Rel De Cons, Cível E Comerciais Da Comarca De Camaçari-ba

Terceiro Interessado: Cartorio Do 1º Oficio De Imóveis Da Comarca De Camaçari.

Ato Ordinatório: PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIAComarca de Camaçari

1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e ComerciaisCentro Adm. de Camaçari, Fone: 71 3621-8748, Camaçari-BAATO

ORDINATÓRIOProcesso nº: 8007476-49.2022.8.05.0039Classe - Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261)

[Diligências]DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO

DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE CAMAÇARI-BA



Este

Conforme Provimento 06/2016 da Corregedoria Geral de Justiça, pratiquei o ato processual abaixo:Considerando as informações prestadas pelo Sr. Oficial de Justiça na certidão de ID: 234736477, intime-se a parte interessada, cadastrada nesta Carta Precatória, para manifestar acerca da referida certidão, requerendo o que entender de direito. Prazo de 15 dias sob pena de devolução ao Juízo deprecante.

Camaçari, 4 de novembro de 2022

Anderson da Cunha TeixeiraDiretor de Secretaria.

CAMAÇARI/BA, 16 de janeiro de 2023.

(documento gerado e assinado automaticamente pelo PJe)



Comarca de Camaçari 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais Centro Adm. de Camaçari, Fone: 71 3621-8748, Camaçari-BA

## **ATO ORDINATÓRIO**

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe - Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO

DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE

CAMAÇARI-BA

Conforme Provimento 06/2016 da Corregedoria Geral de Justiça, pratiguei o ato processual abaixo:

Considerando as informações prestadas pelo Sr. Oficial de Justiça na certidão de ID: 234736477, intime-se a parte interessada, cadastrada nesta Carta Precatória, para manifestar acerca da referida certidão, requerendo o que entender de direito. Prazo de 15 dias sob pena de devolução ao Juízo deprecante.

Camaçari, 4 de novembro de 2022

Anderson da Cunha Teixeira Diretor de Secretaria

MN





#### PODER JUDICIÁRIO

#### Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Processo Número: 80074764920228050039

Número Mandado: 16712071

Central de Mandados: CAMAÇARI | CCM

Nome Destinatário: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS SA E OUTRO

Unidade Judicial: 1ª V CIVEL, ACIDENTE DE TRABALHO E FAMILIA DE CAMACARI

Oficial: ALEXSANDRA BASTOS CERQUEIRA PEREIRA

## Certidão

CERTIFICO que deixei de realizar a diligência em razão do quantitativo de mandados distribuído para esta Oficiala constituir uma demanda incompatível com a capacidade laboral de cumprimento mensal de mandados do Oficial de Justiça; situação decorrente da escassez de Oficial de Justiça na Comarca de Camaçari desde a implantação da Central de Mandados. E, diante de o presente mandado estar com o prazo para cumprimento expirado, conforme previsão do Ato Conjunto 10 de 04/10/2016, e estando esta Oficiala em período de férias a partir de 13/10/2022, devolvo o presente sem cumprimento. O referido é verdade e dou fé.

Camaçari-BA, 11 de outubro de 2022.

Alexsandra B. C. Pereira

Oficial de Justiça Avaliadora

Cad. 903.146-4





#### PODER JUDICIÁRIO

#### Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Processo Número: 80074764920228050039

Número Mandado: 17423662

Central de Mandados: CAMAÇARI | CCM

Nome Destinatário: CARTORIO DO OFICIO DE IMOVEIS DA COMARCA DE CAMACARI Unidade Judicial: 1ª V CIVEL, ACIDENTE DE TRABALHO E FAMILIA DE CAMACARI

Oficial: VITAL MARTINHO CARNEIRO DE OLIVEIRA

## Certidão

## **NEGATIVA DE AVALIÇÃO**

Certifico que, deixei de avaliar o imóvel descrito na epigrafada ordem judicial em razão de:

- 1- Para realização de avaliação de imóvel, faz-se necessária diligência de vistoria, *in loco,* do imóvel avaliendo;
- 2- A localização do imóvel *in casu*, não pertence à Zona de atuação na qual este Oficial de Justiça Avaliador está designado ao cumprimento de mandados judiciais, e sim, na Zona B (Pólo Petroquímico);
- 3- A inteligência da Carta Precatória para cumprimento do mandado é complexa, além de que consta no epigrafado mandado como endereço da diligência, o Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis desta Comarca e não o endereço do imóvel avaliendo, cuja confusa descrição da situação geográfica do mesmo possibilita apenas dizer com certeza que não pertence à Zona A, na qual atua este Oficial de Justiça Avaliador.

Por tudo quanto exposto e narrado, **deixei de avaliar** o imóvel e, devolvo o mandado à Secretaria do Douto Juízo, a fim de que adote o que for cabível e realize a distribuição para a zona na qual se situa o imóvel avaliendo para a necessária vistoria que antecede a avaliação.

Camaçari – BA, quarta-feira, 14 de setembro de 2022.

Vital Martinho Carneiro de Oliveira Oficial de Justiça Avaliador Cad.: 901.316-4



## JUNTADA DO EXPEDIENTE RECEBIDO



## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 80520223676877

Nome original: OFICIO PROCESSO8007476-49.2022.8.05.0039.pdf

Data: 06/09/2022 10:33:45

Remetente:

MARILEI CERQUEIRA DOS SANTOS

03<sup>a</sup> Vara Cível - Foro Central Cível - Capital (SP)

Tribunal de Justiça de São Paulo

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Devolução.

Assunto: Não pertence a este cartório



22/07/2022

Número: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL

Órgão julgador: 1ª VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG.

**PUBLICOS DA COMARCA DE CAMAÇARI** 

Última distribuição: 11/03/2022

Valor da causa: R\$ 0,00

Processo referência: 07016512819978260100

Assuntos: Diligências Segredo de justiça? NÃO Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? NÃO

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
3ª Vara Civel de São Paulo (DEPRECANTE)	
TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A	ALFREDO LUIZ KUGELMAS (ADVOGADO)
E OUTRO (REQUERIDO)	10
1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E	
COMERCIAIS DA COMARCA DE CAMAÇARI-BA	
(DEPRECADO)	

Documentos			
ld.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21497 2752	22/07/2022 09:43	<u>Ofício</u>	Ofício



Comarca de Camaçari

1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais

Centro Adm. de Camaçari, Fórum de Camaçari, Centro Administrativo - Fone: 71 3621-8748, Camaçari-BA

#### **OFÍCIO**

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE CAMAÇARI-BA

> Oficio nº 715/2022 Camaçari (BA), 15 de julho de 2022

Prezados,

De ordem do Exmo (a). Sr (a). Dr (a). Juiz (a) de Direito da 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais, MARINA RODAMILANS DE PAIVA LOPES DA SILVA sirvo-me do presente para solicitar de V. Exa. intime a parte responsável para acostar aos autos comprovantes de recolhimento das custas atinentes à Deprecação, bem como às diligências a serem realizadas pelo Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de devolução sem cumprimento. Atenciosamente,

> Anderson da Cunha Teixeira Diretor de Secretaria

> > MN

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - 3ª VARA CÍVEL - FORO CENTRAL CÍVEL



Num. 214972752 - Pág. 1

Este recommento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARINHEIRO BRUGNEROTTO, liberado nos autos em 10/10/2023 às 16:34 .

Este recommento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARINHEIRO BRUGNEROTTO, liberado nos autos em 10/10/2023 às 16:34 .

Este recommento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARINHEIRO BRUGNEROTTO, liberado nos autos em 10/10/2023 às 16:34 .

Para canterir o original, acesse o site https://esaj.ijsp.jus.br/pastadigital/pg/abrir/ConferenciaDocumento.do, informe o processo 0701651-28.1997.8.26.0100 e código sKemmka2.

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - 1º VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG. PUBLICOS DA COMARCA DE **CAMAÇARI** 

8007476-49.2022.8.05.0039 Carta Precatória Cível - Jurisdição: Camaçari

Destinatário: Cartorio Do 1º Oficio De Imóveis Da Comarca De Camaçari.

Endereço: Rua de Contorno do Centro Administrativo, S/N, EDF JACUIPE PRIME SLAS 06.07 E

08, Dois de Julho, CAMAÇARI - BA - CEP: 42809-252

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - 1º VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG. PUBLICOS DA COMARCA DE CAMAÇARI

8007476-49.2022.8.05.0039 Carta Precatória Cível - Jurisdição: Camaçari Destinatário: Tecnomont Projetos E Montagens Industriais S/a E Outro

Endereço: N, N, N, CAMAçARI - BA - CEP: 42800-000 Advogado: Alfredo Luiz Kugelmas (OAB:0015335/SP)

#### PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Camaçari 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais Fórum de Camaçari, Centro Administrativo - CEP 42800-000, Fone: 71 3621-8748, Camacari-BA

### MANDADO DE AVALIAÇÃO

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

DEPRECANTE: 3º VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO

DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE

CAMAÇARI-BA

DE ORDEM do(A) Doutor(a) MARINA RODAMILANS DE PAIVA LOPES DA SILVA, Juíza de Direito da(o) 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais, da Comarca de Camaçari, na forma da lei, etc.

MANDO a qualquer Oficial de Justiça, ou a quem suas vezes fizer, ao qual for o presente distribuído, extraído dos autos acima epigrafados, que cumpra na íntegra à Carta Precatória de ID 185613417, COM A FINALIDADE DE AVALIAÇÃO E PRACEAMENTO, do imóvel de propriedade falida, objeto da matrícula nº 4826, do 1º Oficio de Imóveis da Comarca de Camaçari.



Obs: O acesso aos autos deverá ser feito por meio do link a seguir:

https://pje.tjba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081509360272100000217063624 Número do documento: 22081509360272100000217063624

Eu, SHIRLEI TATIANE DOS SANTOS CAVALCANTE, o digitei. Camaçari (BA), 15 de agosto de 2022

Anderson da Cunha Teixeira

Diretor de Secretaria



## ALFREDO LUIZ KUGELMAS advogado

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS, E REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE CAMAÇARI – BA.

Processo nº 8007476-49.2022.8.05.0039 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

#### A MASSA FALIDA DE TECNOMONT

**PROJETOS E MONTAGENS LTDA.,** representada por seu síndico dativo, vem mui respeitosamente a presença de V. Exa., nos autos da Carta Precatória em epigrafe, declara estar ciente do Mandado expedido de id. 223268076, bem como aguarda o seu cumprimento.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 25 de agosto de 2022.

ALFREDO LUIZ KUGELMAS Síndico Dativo – OAB/SP 15.335





Este regrumento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARINHEIRO BRUGNEROTTO, liberado nos autos em 10/10/2023 às 16:34 .

Este regrumento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARINHEIRO BRUGNEROTTO, liberado nos autos em 10/10/2023 às 16:34 .

Para canferir o original, acesse o site https://esaj.ijsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0701651-28.1997.8.26.0100 e código sKemmka2.

PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA - 1º VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG. PUBLICOS DA COMARCA DE **CAMAÇARI** 

8007476-49.2022.8.05.0039 Carta Precatória Cível - Jurisdição: Camaçari Destinatário: Tecnomont Projetos E Montagens Industriais S/a E Outro

Endereço: N, N, N, CAMAçARI - BA - CEP: 42800-000 Advogado: Alfredo Luiz Kugelmas (OAB:0015335/SP)

### PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIA

Comarca de Camaçari 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais Fórum de Camaçari, Centro Administrativo - CEP 42800-000, Fone: 71 3621-8748, Camacari-BA

## MANDADO DE AVALIAÇÃO

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO

DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE

**CAMAÇARI-BA** 

DE ORDEM do(A) Doutor(a) MARINA RODAMILANS DE PAIVA LOPES DA SILVA, Juíza de Direito da(o) 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais, da Comarca de Camaçari, na forma da lei, etc.

MANDO a qualquer Oficial de Justiça, ou a quem suas vezes fizer, ao qual for o presente distribuído, extraído dos autos acima epigrafados, que cumpra na íntegra à Carta Precatória de ID 185613417, COM A FINALIDADE DE AVALIAÇÃO E PRACEAMENTO, do imóvel de propriedade falida, objeto da matrícula nº 4826, do 1º Oficio de Imóveis da Comarca de Camaçari.

Obs: O acesso aos autos deverá ser feito por meio do link a seguir:

https://pje.tjba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081509360272100000217063624 Número do documento: 22081509360272100000217063624

Eu, SHIRLEI TATIANE DOS SANTOS CAVALCANTE, o digitei. Camaçari (BA), 15 de agosto de 2022



Anderson da Cunha Teixeira

Diretor de Secretaria



Comarca de Camaçari 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais

Fórum de Camaçari, Centro Administrativo - CEP 42800-000, Fone: 71 3621-8748, Camacari-BA

### MANDADO DE AVALIAÇÃO

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE

CAMAÇARI-BA

DE ORDEM do(A) Doutor(a) MARINA RODAMILANS DE PAIVA LOPES DA SILVA, Juíza de Direito da(o) 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais, da Comarca de Camaçari, na forma da lei, etc.

MANDO a qualquer Oficial de Justiça, ou a quem suas vezes fizer, ao qual for o presente distribuído, extraído dos autos acima epigrafados, que cumpra na íntegra à Carta Precatória de ID 185613417, **COM A FINALIDADE DE AVALIAÇÃO E PRACEAMENTO**, do imóvel de propriedade falida, objeto da matrícula nº 4826, do 1º Oficio de Imóveis da Comarca de Camaçari.

Obs: O acesso aos autos deverá ser feito por meio do link a seguir:

https://pje.tjba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22081509360272100000217063624 Número do documento: 22081509360272100000217063624

Eu, SHIRLEI TATIANE DOS SANTOS CAVALCANTE, o digitei. Camaçari (BA), 15 de agosto de 2022

Anderson da Cunha Teixeira

Diretor de Secretaria





#### **PODER JUDICIÁRIO**

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

1ª VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG. PUBLICOS DA COMARCA DE CAMAÇARI

Processo: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL n. 8007476-49.2022.8.05.0039

Órgão Julgador: 1ª VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG. PUBLICOS DA COMARCA DE

CAMAÇARI

DEPRECANTE: 3ª Vara Civel de São Paulo

Advogado(s):

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO e outros

Advogado(s): ALFREDO LUIZ KUGELMAS (OAB:SP15335)

## **DESPACHO**

Trata-se de Carta Precatória remetida pelo Juízo Deprecante da 3ª Vara Cível de São Paulo.

A finalidade da presente deprecação é proceder com avaliação e praceamento do imóvel de propriedade da falida, objeto da matrícula n° 4829 do 1° Oficio de Registro de Imóveis e Hipotecas dessa Comarca, nos termos do documento de id.185613417.

Em petição de id.218549685, a Massa Falida de Tecnomont Projetos e Montagens Ltda., requereu o cumprimento da carta precatória, independentemente do recolhimento de custas, com fundamento no art. 208 da Lei n. 7661/45.

## É o relatório.

Cumpra-se a carta precatória na forma da lei.

Ao cartório, que expeça mandado de avaliação do imóvel, após vistas a massa falida,



no prazo de 10 (dez) sob pena de devolução.

CAMAÇARI/BA, 5 de agosto de 2022. MARINA RODAMILANS DE PAIVA LOPES DA SILVA JUÍZA DE DIREITO m.m.s



## ALFREDO LUIZ KUGELMAS advogado

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CÍVEIS, COMERCIAIS, E REG. PÚBLICOS DA COMARCA DE CAMAÇARI – BA.

Processo nº 8007476-49.2022.8.05.0039 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

#### A MASSA FALIDA DE TECNOMONT

**PROJETOS E MONTAGENS LTDA.,** representada por seu síndico dativo, vem mui respeitosamente a presença de V. Exa., nos autos da Carta Precatória em epigrafe, dizer que conforme se depreende no aditamento a presente Carta Precatória de Doc. Nº 185613419, foi solicitado pelo D. Juízo da Falência as providências necessárias, no sentido de **proceder o cumprimento** do inteiro teor da Carta Precatória, **independentemente do recolhimento de custas**, haja visto o disposto no art. 208 da Lei n. 7661/45.

Termos em que, pede deferimento.

São Paulo, 28 de julho de 2022.

ALFREDO LUIZ KUGELMAS Síndico Dativo – OAB/SP 15.335



## RECIBO ENVIO DO OFICIO



Impresso em: 22/07/2022 às 11:33

## RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

**Código de** 80520223676877 **rastreabilidade:** 

**Documento:** OFICIO PROCESSO8007476-49.2022.8.05.0039.pdf

Rometento 1ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais - Camaçari ( SHIRLEI TATIANE

DOS SANTOS CAVALCANTE )

Destinatário: 03ª Vara Cível - Foro Central Cível - Capital (SP) (TJSP)

**Data de Envio:** 22/07/2022 11:32:40

Assunto: SEGUE OFICIO REFERENTE CP EXTRAIDA DOS AUTOS Processo referência: 07016512819978260100

VOSSO PARA PROVIDENCIAS





Comarca de Camaçari 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais

## ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO
DEPRECADO: 1º VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE CAMAÇARI-BA

Sem prejuízo do ofício expedido, intime-se a parte responsável pelo recolhimento das custas, já cadastrada no sistema, por seu representante, para que junte aos autos os comprovantes de recolhimento das custas processuais referentes ao cumprimento da Precatória (autuação) bem assim os atos a serem praticados pelo Oficial de Justiça. Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de devolução.

Camaçari - BA, 22 de julho de 2022.

Anderson da Cunha Teixeira

Diretor de Secretaria





## **PODER JUDICIÁRIO**

#### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

Processo: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL n. 8007476-49.2022.8.05.0039

Órgão Julgador: 1ª VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG. PUBLICOS DA COMARCA DE

CAMAÇARI

DEPRECANTE: 3ª Vara Civel de São Paulo

Advogado(s):

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO e outros

Advogado(s): ALFREDO LUIZ KUGELMAS (OAB:SP15335)

### CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o ato abaixo foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 25/07/2022.

Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada.

O prazo terá início em 26/07/2022

Prazo (dias)

Término do prazo 15 18/08/2022.

Teor do ato: "PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

1ª VARA DOS FEITOS DE REL. DE CONSUMO, CIVEIS, COMERCIAIS E REG. PUBLICOS DA COMARCA DE

CAMACARI

ATO ORDINATÓRIO

8007476-49.2022.8.05.0039 Carta Precatória Cível

Jurisdição: Camaçari

Deprecante: 3ª Vara Civel De São Paulo

Requerido: Tecnomont Projetos E Montagens Industriais S/a E Outro

Advogado: Alfredo Luiz Kugelmas (OAB:SP15335)

Deprecado: 1ª Vara De Feitos De Rel De Cons, Cível E Comerciais Da Comarca De Camaçari-ba

Ato Ordinatório:PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA BAHIAComarca de Camacari

1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e ComerciaisATO ORDINATÓRIOProcesso nº: 8007476-

49.2022.8.05.0039Classe - Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL

DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO

DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE CAMAÇARI-BA Sem prejuízo do ofício expedido, intime-se a parte responsável pelo recolhimento das custas, já cadastrada no sistema. por seu representante, para que junte aos autos os comprovantes de recolhimento das custas processuais referentes ao cumprimento da Precatória (autuação) bem assim os atos a serem praticados pelo Oficial de Justiça. Prazo de 15



(quinze) dias, sob pena de devolução.Camaçari - BA, 22 de julho de 2022. Anderson da Cunha TeixeiraDiretor de Secretaria.

CAMAÇARI/BA, 6 de agosto de 2022.

(documento gerado e assinado automaticamente pelo PJe)



Comarca de Camaçari 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais

## **ATO ORDINATÓRIO**

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO
DEPRECADO: 1º VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE CAMAÇARI-BA

Sem prejuízo do ofício expedido, intime-se a parte responsável pelo recolhimento das custas, já cadastrada no sistema, por seu representante, para que junte aos autos os comprovantes de recolhimento das custas processuais referentes ao cumprimento da Precatória (autuação) bem assim os atos a serem praticados pelo Oficial de Justiça. Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de devolução.

Camaçari - BA, 22 de julho de 2022.

Anderson da Cunha Teixeira

Diretor de Secretaria



Comarca de Camaçari

1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais

Centro Adm. de Camaçari, Fórum de Camaçari, Centro Administrativo - Fone: 71 3621-8748, Camaçari-BA

#### **OFÍCIO**

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

**DEPRECANTE: 3º VARA CIVEL DE SÃO PAULO** 

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO
DEPRECADO: 1º VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE CAMAÇARI-BA

Ofício nº 715/2022 Camaçari (BA), 15 de julho de 2022

Prezados,

De ordem do Exmo (a). Sr (a). Dr (a). Juiz (a) de Direito da 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais, MARINA RODAMILANS DE PAIVA LOPES DA SILVA sirvo-me do presente para solicitar de V. Exa. intime a parte responsável para acostar aos autos comprovantes de recolhimento das custas atinentes à Deprecação, bem como às diligências a serem realizadas pelo Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de devolução sem cumprimento.

Atenciosamente,

Anderson da Cunha Teixeira Diretor de Secretaria

MN

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - 3º VARA CÍVEL - FORO CENTRAL CÍVEL



Comarca de Camaçari 1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais Centro Adm. de Camaçari, Fone: 71 3621-8748, Camaçari-BA

#### ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe – Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Diligências]

DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO

DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE

CAMAÇARI-BA

Oficie-se ao Juízo deprecante para que seja intimada a parte interessada objetivando o recolhimento das custas da Carta Precatória, bem assim as custas das diligências deprecadas.

Camaçari, 12 de julho de 2022.

Anderson Da Cunha Teixeira

Diretor de Secretaria

MN



MM. JUIZ

Em que pese a certidão retro informando a distribuição das Cartas Precatórias, proc. 8000443-76.2022.8.05.0039 e 8000445-46.2020.8.05.0039 as quais se encontram arquivadas, requer o cumprimento da referida Carta Precatória conforme determinado nos autos do processo de Falência de nº 0701651-28.1997.8.26.0100 em tramite perante o D. Juízo da 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Capital - SP, Doc.185613422, por se tratar de Massa Falida.

Ademais, requer a habilitação do advogado Dr. <u>ALFREDO LUIZ KUGELMAS</u>, inscrito no Quadro da OAB/SP 15.335, nos autos da presente ação, cadastrando-o no sistema E-SAJ.

Ainda, na oportunidade, requer que todos os atos e publicações alusivos ao feito, sejam também realizados em nome do supracitado patrono, sob pena de nulidade.

Termos em que, ouvindo -se o D. Representante do Ministério Público

Pede deferimento.

Alfredo Luiz Kugelmas

Síndico Dativo - OAB/SP 15.335

Comarca de Camaçari

1ª Vara de Feitos de Rel de Cons. Cível e Comerciais

Centro Adm. de Camaçari, Sala 000 do Fórum de Camaçari, Centro Administrativo - CEP 42800-000, Fone: 71 3621-8700, Camacari-BA - E-mail: a@a.com

## **CERTIDÃO**

Processo nº: 8007476-49.2022.8.05.0039

Classe - Assunto: CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) - [Diligências]

DEPRECANTE: 3ª VARA CIVEL DE SÃO PAULO

REQUERIDO: TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A E OUTRO

DEPRECADO: 1ª VARA DE FEITOS DE REL DE CONS, CÍVEL E COMERCIAIS DA COMARCA DE

CAMAÇARI-BA

Certifico, para os devidos fins, que existem dois processos com a mesma finalidade, quais sejam: a Carta Precatória nº 8000443-76.2020.8.05.0039, que foi distribuída primeiro e tramitou nesta vara, e a Carta Precatória nº 8000445-46.2020.8.05.0039, que tramitou na 2ª Vara dos Feitos de Rel. de Cons., Cível e Comerciais de Camaçari/BA. Ambas encontram-se arquivadas, por inércia da parte interessada.

O referido é verdadeiro, do que dou fé.

Camaçari, 25 de março de 2022.

Pollyana Passos de Arruda

Técnica Judiciária



fls. 3404



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE SÃO PAULO FORO CENTRAL CÍVEL 3ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/nº, 6º andar - salas nº 615/617, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6076, São Paulo-SP - E-mail: sp3cv@tjsp.jus.br

## ADITAMENTO (CARTA PRECATÓRIA)

Processo no:

0701651-28.1997.8.26,0100

Classe - Assunto:

Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e

Empresas de Pequeno Porte - Recuperação judicial e Falência

Requerente:

Requerido:

Tecnomont Projetos e Montagens Inds.s/a e outro

## EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA COMARCA DE CAMAÇARI - BA

O(A) Doutor(a) Andréa Galhardo Palma, MM. Juiz(a) de Direito da 3ª VARA CÍVEL do FORO CENTRAL CÍVEL, Estado de São Paulo, na forma da lei,

Em aditamento à Carta Precatória anexa, expedida por este Juízo e dirigida a essa Comarca e Vara, depreca a Vossa Excelência no sentido de que a presente deprecata seja totalmente cumprida COM A AVALIAÇÃO E PRACEAMENTO do imóvel de propriedade da falida, objeto da matrícula nº 4826 do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas dessa Comarca.

São Paulo, 25 de março de 2014.

Advogados:Rosa MettifogoEleonora Mathias de Oliveira Calvo Luiz Carlos Amorim RobortellaEllen Coelho VigniniAntenor BaptistaDacier Martins de AlmeidaLucio Aparecido Martini JuniorElias Farah JuniorMaximilian Emil Hehl PrestesJose Basano NettoAntonio Roberto AchcarFlavio KaufmanAlfredo Luiz Kugelmas; Túlio FariaTonelli,OAB/n°s129048/SP;129145/SP;25027/SP;95353/SP;49004/SP;155425/SP;170954/SP; 176700/SP; 194757/SP; 27176/SP; 39288/SP; 39942/SP; 15335/SP; 10 3747/MG

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



fls. 1631

## PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO CÍVEL CENTRAL FÓRUM JOÃO MENDES JÚNIOR

Praça Dr. João Mendes, s/nº, 6º andar, salas 606/610 e 615/617 CEP 01501-900

JUÍZO DEPRECANTE: TERCEIRA VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL DE **SÃO PAULO** 

JUÍZO DEPRECADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE CAMAÇARI - BA

Processo nº 32/97

#### ADITAMENTO

Em aditamento a presente carta precatória, expedida nos autos da ação de FALÊNCIA de TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A, tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência as providências necessárias no sentido de proceder ao inteiro cumprimento da carta precatória que segue junto a este, independentemente do recolhimento prévio de custas, haja vista o disposto no art. 208 da Lei de Falências. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de SÃO PAULO, em 05 de OUTUBRO de

Luciana N. João, digitei e providenciei a impressão. Eur GILBERTO CARDOSO COELHO, Escrivão(ã) Diretor(a) subscrevi.

9 DUT 2001

documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALFREDO LUIZ KUGELMAS, protocolado em 11/10/2021 às 21:14, sob o número WJMJ21416830286 conferir o original, acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento do, informe o processo 0701651-28 1997 8.26.0100 e código BC1551A.

**LUIZ EURICO COSTA FERRARI** Juiz(a) de Direito

CERTIFICO ser autêntica a assinatura do(a) Dr(a) LUIZ EURICO COSTA FERRARI, Meritissimo Juiz(a) de Direito auxiliar da 3ª Vara Civel Central. Em

16 DUT SOOT

GILBERTO CARDOSO COELHO Escrivão-Diretor

Número do documento: 22031117374210400000180865323



Assinado eletronicamente por: LUCIA MARIA DE AZEVEDO PINTO MAIA - 11/03/2022 17:37:42 https://pje.tiba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=22031117374210400000180865323

Num. 185613419 - P

Pcumento é cópia do original, assinado digitalmente por NATALIA MARINHEIRO BRUGNEROTTO, liberado nos autos em 10/10/2023 às 16:34 Este

## PODER JUDICIÁRIO

SÃO PAULO



## JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL CARTÓRIO DO TERCEIRO OFÍCIO CÍVEL CENTRAL FÓRUM JOÃO MENDES JÚNIOR

Praça Dr. João Mendes, s/nº, 6º andar, salas 606/610 e 615/617 CEP 01501-900

AUTO DE ARRECADAÇÃO DE BENS - PROC. Nº 37/97

Aos 17 dias do mês de DEZEMBRO do ano de 1.999, no Cartório do 3º Oficio Cível Central da Capital, localizado no 6ºandar, sala 606 do Fórum João Mendes Junior, em cumprimento ao r. despacho de fls. 649, procedeu-se à lavratura deste AUTO DE ARRECADAÇÃO DE BENS pertencentes à massa falida de TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A, consistente em: 01 IMOVEL: uma área de terras medindo 10.000 m2 em Camacari, que obedece ao seguinte memorial descrito: iniciando no M-0 localizado à 20m do eixo da via-1 do seu lado direito e a 120m do limite da Concretex. Daí descendo perpendicular a via-1 a 200 m encontra-se o M-1. Daí com um angulo interno de 90° (noventa graus) com uma distância de 50m acha-se o M-2. Daí com um angulo interno de 90º(noventa graus) subindo em direção a via-1, com uma distância de 200 m acha-se o M-3. Daí com um angulo interno de 90º(noventa graus) seguindo paralelamente a via-1, com 50 m de distância, encontra-se o M-O de onde se iniciou a poligonal. Originariamente adquirida pelo ESTADO DA BBAHIA A JOAQUIM BRASIL DA FONSECA, conforme carta de sentença extraída da ação de Desapropriação nº 6045/74, passada em favor do ESTADO DA BAHIA, em 18/03/77, prenotada no Cartório de Imóveis de Mata de São João, estado da Bahia, em 24/03/77, protocolo I, nº 2667, matrícula nº 3114, registro geral 2, a referida área ficou incorporado do COMPLEXO PETROQUIMICO DE CAMAÇARI-COPEC, já transferida e averbada em nome do outorgando vendedor em 01/06/83, protocolo 01, nº 16.466. NADA MAIS. E, para constar, lavrou-se o presente auto que lido e achado conforme, vai devidamente assinado por / (Rita Patrícia R. Lima), escrevente e pelo Sr. Escrivão-Direter Cardoso Coelho).





Este





## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11

2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

#### **DECISÃO**

Processo Físico nº:

0701651-28.1997.8.26.0100

Classe - Assunto

Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e

Empresas de Pequeno Porte - Recuperação judicial e Falência

Requerente:

Requerido:

Tecnomont Projetos e Montagens Inds.s/a e outro

Juíza de Direito: Dra. Clarissa Somesom Tauk

Vistos.

Fls. 3.713: anoto para controle interno, a última decisão.

## 1. Quadro geral de Credores

- 1.1. A última decisão, que determinou, entre outras providências, apresentação pelo síndico de retificação do QGC após a consulta dos incidentes pendentes e arquivados referidos naquele decidium.
- 1.2 Fls. 3.814/3.815: Petição do síndico ratificando o QGC apresentado às fls. 3.661/3.667, requerendo sua homologação.
  - 1.3 Fls. 3.827/3.828: Cota ministerial concordou com a homologação do QGC.
- 1.4. Considerando que não houve qualquer mudança após a conferência dos incidentes pendentes e que anteriormente não existiu qualquer impuganção, <u>homologo o OGC</u> apresentado às fls. 3.661/3.667.

# 2. Carta Precatória que determinou avaliação do imóvel matriculado sob o numero 4826 do 1º CRI de Camaçari/BA.

- 2.1 FLs. 3.719/3.731: devolução de carta precatória sem cumprimento do ato pelo Juízo da Comcarca de Camaçari-TJBA, observando-se que decorreu o prazo para a juntada pelo autor dos documentos necessários à consecução do ato. Intime-se o síndico sobre a falta de atendimento do requerido por aquele juízo.
  - 2.2. Fls. 3.737/3.741: o síndico informou que encaminhou os documentos



documento é cópia do original assinado digitalmente por CLARISSA SOMESOM TAUK. Para acessar os autos processuais, acesse o site https://esaj tjsp.jus.br/esaj, informe o processo

Este

fls. 3383 4



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

solicitados ao Juízo da Comarca de Camaçari/BA, através de anexos ao e-mail institucional.

- 2.3. Fls. 3.814/3.815: O síndico requereu realização de avaliação do imóvel em substituição à tentativa de realizar avaliação e venda via carta precatória através de nomeação de perito de confiança do Juízo.
- 2.4. O Parquet opinou pela reiteração da carta com os documentos que foram requeridos por aquele Juízo e que por falta de encaminhamento adequado não restou cumprida a referida Carta.
- 2.5. Em que pese a argumentação do síndico, entendo que razão assiste ao Parquet, uma vez que os documentos não foram devidamente encaminhados àquele Juízo e que uma segunda tentativa instruída com todos os documentos necessários tornaria o cumprimento do ato viável, até porque a medida sugerida pelo síndico deve ser acatada como último recurso, uma vez que o valor da avaliação oneraria de maneira excessiva o ativo da Massa Falida. Assim, determino a realização de avaliação do imóyel matriculado sob o numero 4826 do 1ª CRI de Camaçari/BA. Servirá a presente decisão assinada digitalmente, por cópia digitada, como Carta Precatória, que deverá ser distribuída pelo síndico, que deverá entrar em contato a Vara de Camaçari/BA,
- 3. Fls. 3.742/3.743: pedido de reserva de bens pelo Juízo do Foro de Cubatão em razão de processo de execução fiscal nº 0000541-92.1996.8.26.0157.

## 3.1. Providencie a Z. Serventia para o cumprimento do ato. Comunique-se.

- 4. Fls. 3.733/3.736: oficio do Juízo da Vara Unica de Cosmópolis/SP requerendo informações sobre a anotação de bloqueio em 50% do crédito habilitado em nome de Rubens Ferreira da Cunha. Providencie a z. Serventia o necessário para a devida anotação e resposta aquele Juízo. Cumpra-se.
- 5. Fls. 3.749/3.768 e fls. 3.769/3.772, 3.773/3.792: pedido de habilitação pelos herdeiros do credor Estevão de Souza Mota. <u>Considerando a juntada dos documentos, defiro a sucessão processual na integralidade de seus herdeiros. Anote-se.</u>
- 6. Fls. 3.793/3.796, 3.797/, 3.801/3.804, 3.805/3.808, 3.809/3.812 : pedido de levantamento por Pedro Prifanio de Melo, Francisco Dantas de Lira, Vasconcelos Figueiredo da



m 11/10/2021 às 21:14, sob o número WJMJ21416830286 informe o processo 0701651-28.1997.8.26.0100 e código BC1 0701651-28.1997.8.26.0100 e o código 2S0000017GHLE documento é cópia Este documento e copia Para conferir o original,

documento e cópia do onginal assinado digitalmente por CLARISSA SOMESOM TAUK. Para acessar os autos processuais, acessa o site https://esaj-tjsp.jus.br/esaj-informe o processo

TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE SÃO PAULO FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

Silva, Jose da Costa Palmeira e de Luiz Jose da Silva. Ciente da atualização das representações. Aguarde-se a autorização de pagamentos que será determinada após o recebimento da conta de liquidação.

- 7. Fls. 3.814/3.815: Petição do síndico pedindo a declaração de perdimento dos veículos objeto do edital de fls. 3.701, ante seu atual estado de sucata.
- 7.1 Fls. 3.827/3.828: Cota ministerial concordando parcialmente com a manifestação da sindicância.
- 7.2. Considerando que os bens móveis não se prestam à retornos em ativos para a Massa, bem como a anuência do Parquet, declaro o perdimento dos veículos indicados às fls. .3.701. Providencie o Síndico o seu descarte.
- 8. Sem prejuízo, em que pese haver bens em fase de arrecadação, no prazo de 30 dias, deverá o Síndico providenciar junto ao perito contador, a conta de liquidação, observando-se que eventuais ativos futuros serão objeto de conta de rateio superveniente.

Após, vista ao Ministério Público. Intimem-se.

São Paulo, 15 de março de 2021.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



informe o processo 070'

Este (

fls. 882



OF. 046/99 **JUDICIÁRIO** 



CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS E HIPOTECAS COMARGA DE CAMAÇARI - BAHIA.

Camaçari-Ba., O6 de setembro de 1999.

Excelentíssimo Juiz,

Acuso o recebimento do Ofício 210/FAL/99 e 278/FAL/99, referente ao processo nº 032/99, formo a V. Excia., que se encontra registrado, neste Cartório Imobiliário, uma área de terras em Camaçari, medindo o a total de 10.000,00m2 (dez mil metros quadrados), de propriedade da TECNOMONT - PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A, anexo certidão da matrícula nº 4826, para maiores esclarecimentos.

> Respeitesamente. CONCEIÇÃO DA SILVA SUBOFICIAL

EXMº SR.

DR. LUIZ EURICO COSTA FERRARI

DD. JUIZ DE DIREITO DA 3º VARA CÍVEL CENTRAL DA CAPITAL

SÃO PAULO - SP



fls. 883



# REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASSE

CARTORIO DE REGISTRO DECIMONE EN LA COMPANIO DE REGISTRO GER

30.10.1984. Uma área de terras medindo 10.000,00m2 em Camaçari, que obedece ao seguinte morial descritivo: "Iniciando no M-O localizado & 20m do eixo da Via-1, no seu lado direito e a 120m do limite da Concretex. Daí descendo perpendicular a Via l à 200m encontra-se c.M-1. Daí com um ângulo interno de 90º(noventa graus com uma distância de 50m geha-se o M-2. Daí com um ângulo interno de 90º (noventa graus), subindo em direção a Via 1, com uma distância de 200m acha-se o M-3. Daí com um ângulo interno de 90º (noventa graus) seguindo paralelamente à 🖁 Via 1, com 50m de distância, encontra-se o M-O de onde se iniciou a Foligonal, o Originariamente adquirida pelo ESTADO DA BAHIA a Joaquim Brasil da "onseca, con s forme carta de sentença extraída da Ação de Desapropriação nº 6045/74, passada 🖔 em favor do ESTADO DA BAHIA, em 18.03.77, prenotada no Cartório de Imóveis de Mata de São João, Estado da Bahia, em 24.03.1977, Protocolo I nº 2667, matricu la nº 3114, Registro Geral O2, a referida área ficou incorporada ao patrimônid g do COMPLEXO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI - COPBC, já transferida e averbada em no me do Outorgante Vendedora, em 01.06.83, Protocolo I, nº 16.466, matricula nº 13. 0 Oficial. Muxelus Pun-heus Angos Oficial Designation R.01. Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, Aavrada nas notas Tabelia Designada Helenz Coelho dos Santos Comes, de Mata de São João, às fls. 193 verso, livro 76, em 29.10.1984, pelo qual como Outorgante Vendedor o COM-PLEXO FETROQUÍMICO DE CAMAÇARI, doravante denominado COPEC, Empresa Pública / vinculada à Secretaria da Industria, Comércio e Turismo, constituída na formad g da Lei Delegada nº 23, de 10.02.83, publicada no DOE edição de 11.02.83, CGC/A provado pelo Decreto nº 29.590, de 29.04.1983, publicada no DOE edição de 30.4 5 04 e 1º.05.83, pelo seu Diretor Presidente. TVAN CARLOS ATUMO nº 13.317.961/0001-76, representado na forma do artigo 15, do seu ESTATUTO, a

Asfalto, s/nº Madre de Deus-Ba., CGC/MF nº 15.696.164/0001-72, neste ato representada pelo seu Gerente REGINALDO DO ESPIRITO SANTO SANTANA brasileiro, Tes d., CPF 026982425-15, residente e domiciliado em Salvador-Ba. Felo valor de CM6.416.000,00. O imovel objeto da presente matricula. Camaçari, 30.10.1984. Golicial.

R-02- Nest termos da Escritura Pública de Permuta em Caráter Irretratavel e Irrevogavel, lavrada nas Notas do Tabelionato da Comerca de Mata de São João, de un lado como Primeito Permutante o COMPLEXO PERQUÍMICO DE CAMAÇARI, Empresa Pública Estadual vinculada à Secretaria da Industria, Comércio e Turismo, constituída na forma da Lei Delegada nº 23, de 10.02.83, publicada no DOE edição de 11.02.1983, CGC/MF sob nº 13.317.961/0001-76, com séde a Rodovia BA-512, Km-2.34 Area de Usos Especiais, em Camaçari-Ba., neste ato representada na forma do sede a complementada na

Estadudo pelo Diretor Presidente Arquiteto JAIRO JOSE FARIAS, brasileiro, di

vorciado, CPF nº 058.892.608-63 e pelo Diretor de Promoção Industrial

leiro, casado, engenheiro civil, CPF nº 033422635-04 e Diretor Técnico, MARCE ELLO LANAT, brasileiro, engenheiro Químico, CPF nº 000283715-34, ambos residen tes e domiciliados em Salvador, Capital do Estado da Bahia, e como Outorgada Acompradora a AUSAFRAN - SERVIÇOS E MONTAGENS LTDA., com escritório a Rua do Ag

164/0001-72, neste ato mepresentada pelo Sr. REGINALDO DO ESPIRITO JA fis. 884 NA, brasileiro, Tec. Industrial com CPF/MF sob o nº 026.982.425-15 e CI nº7. 971, residente e domiciliado em Salvador-Ba., conforme instrumento particular de procuração ao final transcrito. O Imóvel objeto da presente matricula, fica pertencendo ao COMPLEXO PETROQUÍMICO DE CAMAÇARI, Empresa Pública Estadual: Va lor da Permita: Cz\$1.503.277,00. Camaçari, 20.03.1989. O Oficial. Co R-03- Nos termos da Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada nas notas Tabeliã Hildecy de Oliveira Santana, do Cartório de Mata de São João, assinada pela sub-Tabeliã Ednah V. S. Bastos, no livro nº Ol as fls 92v a 94v, em 05/10 89, pela qual como Outorgante Vendedor COMPLEXO PETROQUIMICO DE CAMAÇARI, dora vante denominada COPEC, Empresa Pública stadual vinculada a Secretaria da Industria, Comércio e Turísmo, constituida na forma da Lei Delegada nº 23, de 10 02/83, publicada no DOE, edição de 11.02.83, inscrita no CGC nº 13.317.961/ 0001-76, representado neste ato na forma do artigo 15 do seu Estatuto, aprova do pelo Decreto nº 29.590, de 29/04/83, publicado no Doe, edição de 30/04 e le 05/83, pelo Diretor Presidente, Economista LUIZ ALBERTO ALMEIDA LOPES, brasi leiro, casado, monscrito no CPF nº 021.057.725-87 e seu Diretor de Produção In dustrial, Economista FRANCISCO LIGUORI, brasileiro, casado, inscrito no CPF 004.618.305-15, ambos brasileiros, residentes em Salvador, e como Outorgada Compredora TECNOMONT PROJETO E MONTAGENS INDUSTRIAIS S/A, localizada na rua dos Polimeros nº 850, Area Industrial Leste-COPEC, em Camaçari, inscrita no CGC nº 61.388.310/0096-80, neste ato representada pelo seu Diretor Vice-Presi dente Dr. LINO CIAPPONI, brasileiro, industrial, residente em alvador, d na Capital do Estado de São <sup>P</sup>aulo, neste ato representado pelo seu bastante provurador abaixo assinado. CLÁUSULA 18- o COPEC transfere a Compradora todo o domínio e posse, diretos e ações que tinham sobre a área vendida, A Outorgada/ obriga-se a implantar na área ora vendida o projeto que foi aprovado pelo COD através das Cartas protocolos COPEC nºs 1140/85, 1141/85, 0720/85 e 0987/85, æ e seus anexos, estas na Cláusula SEGUNDA), Cláusula TERCEIRA- A Outorgada, tega em vista o disposto na cláusula anterior, é defeso o uso do terreno para fins de empreendimento outro que não aquele mencionada na dita clánsula, comprome tendo-se, de logo a respeitar em todos os seus termos e códigos, as normas geo rais e regulamentos aprovados e estabeleciddos pelo COPEC, destinados a discis plinar a implantação do COMPLEXO PETROQUEIMICO DE CAMAÇARI, consoante as dire trizes de seu Plano Diretor, as quais se constituem, por sua vez para a Outor gada, em obrigações complementares a este instrumento. Obriga-se também, a Oug torgada a prestar ao Outorgante <sup>V</sup>endedor toda e qualquer informação relativa a implantação do sobredito projeto. QUARTA-Compromete-se ainda, a Outorgada, sego prejuizo do disposto nas Cláusulas segunda e terceira, a submeter a aprov 💥 do COPEC, quaisquer modificações que impliquem em desvio direito ou indireto 🕏 do uso do terreno, objeto desta escritura, hipótese somente admitida em condiç ções especiais, sendo a decisão da competencia do Orgão referido nesta Cláusu la. QUINTA- No caso da Outorgada pretender efetuar alterações do seu projeto 🛫 que possam acrretar aumento ou redução da área por ela ocupada, somente podera executá-la após expresso consentimento e aprovação do COPEC, sob pena de embar go da obra pelo Vendedor. SEXTA-Entre as partes contratantes fica desde logo/2 acordado que na hipótese da redução privista na cláusula anterior, a área rema ado, como Segun la

nue do Asfalto s/nº Madre de Deus - Bahia inscrita no CGC/MF sob

Assinado eletronicamente por: LUCIA MARIA DE AZEVEDO PINTO MAIA - 11/03/2022 17:37:42

Número do documento: 22031117374246700000180865327

https://pje.tiba.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2203111737424670000180865327

sobjeins life ማ**ተለ**ር ይርሚያው

OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS

ORIO DE IMO **OFÍCIO** 

REGISTRO GERAL - ANG PODER JUDICIÁRIO

MATRÍCULA Nº

4826

TUTOF BISPO DOBENIT

remanescente retornará ao COPEC pelo valor histórico de venda, não cabendo à e<u>u</u> torgada pleitear qualquer acréscimo, seja a que titulo for. SÉTIMA-A Outorgada obriga-se a executar as obras de apoio no seu projeto, regorosamente, de sendo com o cronograma-sisico aprobuado, digo, aprovado pelo CCPEC sob pena do terreno retornar ao dominio do Outorgado, pelo histórico da venda, independemente de qualquer indenização, cujos prazos são passiveis de serem prorrogados, por proposta justificada da Outorgada e a critério exclusivo do COPEC. OTRAVA- A Outor gada obriga-se, de igual modo, a apresentar a partir desta escritura pública , os seguintes elementos, para análise e aprovação pelo COPEC: a) no prazo máximo de 60 dias corridos, o lay-out de implantação e esquema de efluente liquidos or gânicos e inorgânicos; b) no prazo máximo de 90 dias corridos,, o projeto e cen tivo de efluente organicos e inorgânicos, o projeto de terraplenagem, tudo conforme diretrizes e parâmetros indicados pelo COFEC e os dados constantes do Reteiro INDICATIVO DE ELEMENTOS, visando a consessão, posteriormente, pela 1970. de Alvará de Licença de Contru, digo, construção. FORA-A Outorgada obriga-es izar como área verde, pelo menos 10% da área adquirida, cujo restante será destinadas à edificação das suas instalações; DECIM-Fica avençado que a Cutergada não poderá alienar, sob qualquer forma, no todo ou em parte, a área objeto desta escritura, sob peña do terreno retornar ao dominio do Outorgado , indepen dente de qualquer indenização salvo se a alienação tiver sião prévia e expressa mente autorizada pelo COPEC. DÉCIMA PRIMEIRA-Fica dende já avençado que an disposições prevista na cláusula anterior se aplicam, no todo, ao não cumprimento/ de qualquer clausula deste instrumento, por inadimplecia da Outorgada. DECIMA / SEGUNDA-As partes contratantes, para dirimer dúvidas ou solucionar qualquer lit gio decorrente desta Escritura, elegem o foro de Camagari. Pelo valor de 162393 461,87, valor da avaliação MCZ\$5\$6.810,00. O imovel objeto da presente matricia Camaçari, 18/10/1989. 0 Oficial.

CERTIDAO... CERTIFICO eu ROSALICE BISPO DOS SANTOS. Oficial do Cartório de Regis tro de Imóveis e Hipotecas do 1º Oficio desta Comarca, que a presente cópia rodução autentica da "atricula nº 4826, do Reg. Geral a que se refere, ex traída nos termos do Art. 19 § 1º da Lei nº 6015. Certifico mais que o imovelº objeto da presente certidão encontra-se livre e desembaraçado de todos e quais quer ônus, até 05 de novembro de 1991, época em que os imóveis situados no dis trito sede do Municipio de Camaçari, passaram a competencia do Cartório de Re-gistro de Imóveis e Hipotecas do 2º Oficio desta Comarca. O referido é verdade e dou fé. Camaçari, 13 de setembro de 1999. O Oficial.

> BLORIO DE 1MQ OFICIO

C.20,10.0/88



acesse o site https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do,

documento é cópia do original, assinado digitalimente



PODER JUDICIÁRIO

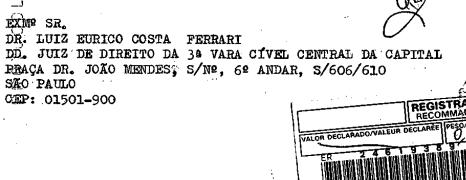
\_1

000008

66 16.01

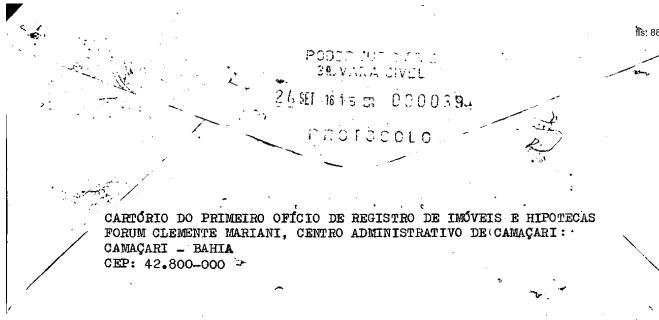
3

PODER JUDICIÁRIO 31. VARA CIVEL





fls. 886





Este documento e

8 do vájnal assinado úpidamente por ALPREDO LUIZ KIJGELIMS, protocolado em 111/02021 as 21:14, sob o número WJ assesse o sile https://lesaj.fsp.jis.bripastautjustlogisbrinConferencaDocumento.do, informe o processo 0701651-28.1897.8.26.010

fls. 888

sob o número WJMJ21416830286 1651-28 1997 8 26 0100 e código BC15517

#### JUDICIÁRIO PODER SÃO PAULO



### **CONCLUSÃO**

22 de OUTUBRO de 1.999 faço estes Juiz de Direito, Dr. Luiz Eurico Aos conclusos аo (Luciana N. João.), escrevente, digitei. Ferrari. Eu

> Fls. 634, item "1" anote-se. Oficie-se conforme requerido

itens 2 e 10 de fls. 634.

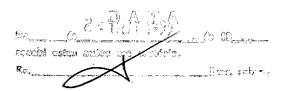
Lavre-se de conforme requerido no item "8" de fls. 634. Após, expeça-se mandado de averbação.

Expeça-se mandado constatação conforme solicitado no item "9" da manifestação do síndico.

Desentranhe-se е adite-se precatória para total cumprimento.

Quanto ao requerido no item "17" dêse ciência ao síndico dos documentos juntados às fls.637/9. S.P. 22/10/99.

LUIZ EURICO COSTA FERRARI JUIZ DE DIREITO



CERTIDAC

que, nesta dela, remol Cordince e dou fé



#### **JUDICIÁRIO PODER**

n@ 109/fal//98

GILBERTO CARDOSO COELHO. ESCRIVÃO-DIRETOR DO CARTÓRIO TERCEIRO OFICIO CIVEL CENTRAL DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, NA FORMA DA LEI, ETC...

Ε

atendendo a pedido verbal de pessoa interessada que revendo cartório os autos de nº 32/97, de ação de falência, distribuídos originariamente como Pedido de Falência, requerido em 09/1/97. por SKIMAF MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA contra TECNOMONT PROJETOS INDUSTRIAIS CGC/MF MONTAGENS S/A, inscrita no no registro do 61.389/310/000-10. sem endereço atual que requerida drep, z verificou constar deles decretada aos 25/06/98, tendo sido nomeado síndico o Dr. Alfredo Benjamin Constant, Kugelmas, com escritório à R. autos encontram-se em fase de CERTIFICA MAIS E FINALMENTE que os expedidos, resposta dos oficios aguardando arrecadação, referido MAIS. sindico. NADA requerimento do Eu, 02 de setembro Paulo, fé. São verdade Ε Eu, digitei. (Luciana João), escrevente,

Cardoso Coelho), Escrivão-Diretor, subscrevi.

Ao Estado: NIHIL



Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por MARTA LUCIANA GUTIERREZ PUMAR, liberado nos autos em 16/11/2017 às 14:58.
Para conferir o original, acesse o site https://esaj.jisp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0701651-28.1997.8.26.0100 e código 2S000000RDOZM.

fls. 1



#### TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE SÃO PAULO FORO CENTRAL CÍVEL 3ª VARA CÍVEL

Praça João Mendes s/nº, 6º andar - salas nº 615/617, Centro - CEP 01501-900, Fone: 2171-6076, São Paulo-SP - E-mail: sp3cv@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às19h00min

#### CERTIDÃO

C E R T I F I C A, atendendo a pedido da Procuradoria Geral Federal da Fazenda Nacional – 3ª Região – Divisão de Assuntos Fiscais – DIAFI/SETFLI (Setor de Falências), através do oficio nº 05/2015, datado de 12/06/2015, visando instruir os autos da ação de Execução Fiscal registrada sob o na 96.0528511-8, que tem como credora a Fazenda Nacional e executada TECNOMONT PROJETOS E MONTAGENS INDUSTRIAIS LTDA que revendo autos da ação de Falência registrada Cartório os 583.00.1997.701651-5 (ANTIGO 000.97.701651-9 OU 32/97, distribuída em 09/01/1997, originalmente como Pedido de Falência, requerida por SKIMAF Maquinas e Ferramentas Ltda contra Tecnomont Projetos e Montagens Industriais S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 61.388.310/0001-10, sem endereço atual no registro do comercio , deles verificou constar que a requerida teve sua quebra decretada aos 25/06/1998, tendo sido nomeado sindico dativo o Dr. Alfredo Luiz Kugelmas – OAB/SP 15.335, com escritório na Rua Benjamim Constant, 61, 8° andar, nesta Capital, conforme compromisso prestado aos 30/06/1998 (fls.225). CERTIFICA MAIS constar como ex-diretores da falida o Sr. Jorge Kikuo Ushinohama, brasileiro, casado, aposentado, residente na R. Barão de Jacequai, 697, nesta Capital, Sra. Alais Pacheco Gazzoni, brasileira, viúva, do lar, portadora do RG. 3.873.391-2, residente na Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 1930 – Bloco G – apt. 52, nesta Capital e Adriano Jose Nevacchi, brasileiro, casado, engenheiro, RG. Nº 13.618.885, residente na Av. Paulista, 13450, 2º andar - apt. 21, nesta Capital e como atual Diretor Presidente o Sr. Marcelo Goldenberg, brasileiro, solteiro, comerciante, RG. 11.623.631-SSP/SP e CPF/MF nº 092.354.788/63, domiciliado na R. Ga. Otavio da Fonseca, 840, Nisia Floresta Natal - RN, conforme fls. 371/383 dos autos. CERTIFICA MAIS que foi instaurado inquérito judicial e, posteriormente processo de crime falimentar, o qual encontra-se extinto e arquivado. CERTIFICA MAIS E FINALMENTE que os presentes autos encontram-se em fase de realização do ativo para pagamento do passivo. NADA MAIS. O referido é verdade e dá fé. São Paulo, 22 de setembro de 2015 .Eu, ( Eduardo Karpinski), Escrevente Técnico (Marta Luciana Gutierrez Pumar.), Escrivã-Judiciário, digitei. Eu, 

Ao Estado: NIHIL.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA



FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

#### **DECISÃO**

Processo Digital n°: **0701651-28.1997.8.26.0100** 

Classe - Assunto Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e

Empresas de Pequeno Porte - Recuperação judicial e Falência

Requerente: **Tecnomont Projetos e Montagens Inds.s/a**Requerido: **Tecnomont Projetos e Montagens Inds.s/a** 

Juiz de Direito: Dr. Adler Batista Oliveira Nobre

Vistos.

1. Fls. 7701/7705: último pronunciamento judicial, que (i) acolheu o pedido do Lutèce Fundo de Investimento para a desconsideração da petição de fls. 7308/7375, mantendo o crédito em nome do credor originário Everaldo Izidio da Silva; (ii) deferiu as sucessões processuais requeridas, determinando a substituição do Espólio de Pedrinho Gomes Ribeiro e Antônio Uilton Bernardino da Silva pela Des Sables Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados, e a substituição de João Avelino dos Santos e Antonio Rodrigues Campos pela Lutêce Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados; (iii) determinou a intimação do síndico para apresentar parecer sobre os pedidos dos espólios de Israel Ferreira da Silva e José Acelino de Souza no prazo de 15 dias; (iv) determinou a intimação do Espólio Carlos Cezar Santos para apresentar certidão negativa de existência de inventário; (v) indeferiu o pedido de remessa de numerário para os autos nº 0000343-82.2010.5.02.0254; (vi) determinou que a Fazenda Municipal aguardasse a conclusão da conta de liquidação para receber seus créditos; (vii) determinou ao Banco do Brasil S/A fornecer ao síndico a totalidade dos comprovantes de resgates confirmados nos autos, a partir de abril de 2023 até a presente data; e (viii) determinou a intimação do síndico para apresentar a conta de liquidação no prazo de 15 dias após a resposta do BB.

#### 2. Leilão do terreno de matrícula nº 4826 do 1º CRI de Camaçari (BA)

**2.1.** Trata-se da devolução da Carta Precatória nº 8007476-49.2022.8.05.0039, informando que o terreno de matrícula nº 4826 do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Hipotecas da

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

Comarca de Camaçari (BA), situado na Rua dos Polímeros, Polo Petroquímico de Camaçari (BA), registrado em nome da Massa Falida, foi avaliado em R\$ 5.900.000,00 (fls. 6820/6902).

O Síndico requereu a designação de leilão eletrônico pelo Leiloeiro Oficial Sérgio Villa Nova de Freitas (fl. 7020).

Devidamente intimados, os credores não se manifestaram sobre o laudo pericial dentro do prazo estipulado.

**2.2.** Tendo em vista a ausência de impugnações, **homologo** o laudo pericial de fls. 6825/6844, determinando a alienação do bem imóvel em hasta pública.

O leilão deverá realizado em 3 chamadas: (i) em primeira chamada, no mínimo pelo valor da avaliação do bem, (ii) em segunda chamada, dentro de 15 dias contados da primeira chamada, por no mínimo 50% do valor da avaliação do bem; e (iii) em terceira chamada, dentro de 15 dias contados da segunda chamada, por qualquer preço, devendo tal possibilidade constar expressamente do instrumento convocatório – aplicando-se, por analógica, as normas pertinentes da Lei nº 11.101/05 (arts. 142, I, §2°-A, §3°, °3-A, §7, §8; 143).

Os lances em terceira chamada serão condicionais, devendo o pagamento ser efetuado apenas após homologação do juízo, que analisará a viabilidade e conveniência da proposta.

Nas primeira e segunda praças, com a aceitação do lance, o sistema emitirá guia de depósito judicial identificado vinculado a este juízo (art. 18 do Prov. CSM n. 1625/2009), e o arrematante terá o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para efetuar o depósito, observando-se a faculdade concedida pelo §1º do art. 895 do CPC.

O pagamento deverá ser integral ou da primeira parcela, caso o lance vencedor seja em prestações (art. 895 do CPC).

Em qualquer hipótese, a arrematação será homologada por este juízo somente após a comprovação efetiva do pagamento integral do lance e da comissão, dispensadas as demais assinaturas referidas no art. 903 do CPC (art. 20 do Prov. n. CSM n. 1625/2009), salvo eventual acolhimento de proposta de parcelamento, hipótese em que a arrematação poderá ser homologada mediante instituição de hipoteca judicial sobre o bem/direito enquanto durar o parcelamento

FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

concedido.

Poderão ser apresentadas impugnações no prazo preclusivo de 48 (quarenta e oito) horas da arrematação (art. 143, Lei nº 11.101/05). Advirto, desde já, que impugnações baseadas no valor de venda do bem somente serão recebidas se acompanhadas de: (i) oferta firme e vinculante do impugnante ou de terceiro para a aquisição do bem, respeitados os termos do edital, por valor presente superior ao valor de venda e (ii) depósito caucionário equivalente a 10% (dez por cento) do valor oferecido (art. 143, §1º e 2º, da Lei).

Para a realização da hasta pública, nomeio, como leiloeiro, o profissional indicado pelo síndico (Sérgio Villa Nova de Freitas).

**Intime-se** o nomeado para que, no prazo de 5 (cinco) dias, diga se aceita o encargo e, em caso positivo, confeccione minuta de edital e adote demais providências necessárias.

O edital de leilão deverá ser encaminhado em formato word para o e-mail do Ofício Judicial (sp3falencias@tjsp.jus.br), comprovando-se nos autos.

O Cartório deverá publicar o edital independentemente de novo pronunciamento judicial.

A comissão devida ao leiloeiro/gestor será de 5% sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do lance, e será paga diretamente pelo arrematante (art. 17 e 19 do Prov. CSM n. 1625/2009).

Ao leiloeiro incumbirá o cumprimento do disposto no artigo 889 do Código de Processo Civil.

Após os resultados da hasta pública, intimem-se síndico e MP e, então, conclusos.

#### 3. Sucessões causa mortis

**3.1.** O juízo determinou (i) a intimação do síndico para que apresentasse parecer sobre os pedidos de sucessão processual dos espólios de Israel Ferreira da Silva e José Acelino de Souza e (ii) a intimação do Espólio Carlos Cezar Santos para que apresentasse a certidão negativa de existência de inventário no prazo de 10 dias (fls. 7702/7703).

O síndico opinou pelo deferimento dos requerimentos de sucessão processual dos

FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

herdeiros/espólios de Israel Ferreira da Silva (fls. 6968/6969) e José Acelino de Souza (fls. 6989/6990), informando que já houve pagamento à fl. 7095 (fls. 7725).

Posteriormente, Erotildes da Silva Miranda, Adilson da Silva Miranda e Nislei da Silva Miranda comunicaram o falecimento de Anivaldo Miranda, requerendo habilitação nos autos em sucessão ao *de cujus* (fls. 7732/7733).

**3.2.** Considerando a comprovação dos falecimentos dos credores, devidamente atestados pelas certidões de óbito acostadas aos autos, bem como a demonstração da qualidade de sucessores legítimos dos peticionários (art. 1.784 do Código Civil), **defiro** as sucessões processuais de (i) Israel Ferreira da Silva e (ii) José Acelino de Souza por seus respectivos espólios e/ou herdeiros, nos termos dos artigos 110, 691 e 778, II, do Código de Processo Civil.

Determino a anotação no Quadro Geral de Credores da titularidade do crédito em favor dos sucessores, mantidas suas demais características, e a atualização dos dados cadastrais para fins de futuras intimações e pagamentos.

**Intime-se** o Espólio de Anivaldo Miranda para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente certidão de inventário negativa, conforme requerido pelo Síndico. Após, **ao Síndico.** 

Esclareço ao Síndico que a certidão de óbito de Anivaldo Miranda e as procurações outorgadas pelos Sucessores foram juntadas às fls. 5399/5403.

#### 4. Regularização de Representação Processual

- **4.1.** A Dexco Revestimentos Cerâmicos S/A requereu sua exclusão do cadastro, informando que não localizou a presente ação na base de dados internos, bem como não sabia ao certo o motivo de ter sido cadastrada na referida recuperação judicial (fls. 7734).
- O Banco Do Brasil S/A, na qualidade de incorporador do BNC Nossa Caixa, através de seus advogados, requereu a regularização da representação processual (fls. 7760).
  - **4.2. Ao cartório**, para que realize as alterações necessárias no cadastro.

#### 5. Habilitação de Crédito de Maria Aparecida dos Santos e Outros

**5.1.** Maria Aparecida dos Santos, Ivan dos Santos e Tiago dos Santos Mota, na qualidade de herdeiros de Estevão de Souza Mota, informaram dados bancários e requereram o

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

levantamento do crédito devido (fls. 7757-7758).

O síndico informou os habilitantes deveriam aguardar o momento oportuno (fls. 7760).

**5.2.** Os credores deverão aguardar a elaboração da conta de liquidação (item 7).

#### 6. Crédito do Município de São Paulo

**6.1.** O Município de São Paulo comunicou que o acórdão proferido no Agravo de Instrumento nº 2088227-29.2023.8.26.0000 validou as penhoras no rosto dos autos, confirmando a desnecessidade de habilitação dos créditos e determinando a reserva dos valores penhorados. Conforme decidido pela instância superior:

"Assim, caberá ao síndico afinal responsável por auxiliar o Juízo na verificação dos créditos identificar e discriminar, detidamente, as penhoras no rosto dos autos relativos aos créditos tributários detidos pelo Município de São Paulo. Mais, será necessário também aferir, com relação ao que se considerar ser penhora, o atual estado das execuções fiscais se suspensas ou não e se ainda hígidas as constrições.

E tudo de modo a se evitar o *bis in idem*, sabido que não pode a Fazenda Pública valer-se, concomitantemente, da via executiva e da habilitação de crédito na falência. Ainda, caberá ao MM Juízo *a quo* definir a ordem de pagamento dos credores, sob pena de supressão de instância.

Daí que, por tudo isso, o recurso prospera em parte, não para de pronto incluir os créditos fiscais do Município de São Paulo no quadro geral de credores, mas para, por enquanto, determinar a reserva do numerário indicado pelo fisco municipal, à luz do art. 130 do Decreto-lei 7661/45, até que todas essas questões se venham, antes de mais nada, a examinar. E tudo sempre com a garantia, conforme as questões se venham a decidir, de acesso ao Tribunal mediante recurso próprio".

Em complemento, apresentou uma planilha de cálculo indicando a existência de um crédito concursal no valor de R\$ 68.015,29 e um crédito extraconcursal de R\$ 2.478.307,13 (fl. 7266). Destacou que os cálculos foram elaborados sem incluir a multa e os juros posteriores à decretação da falência, em conformidade com a determinação do acórdão (fls. 7250/7251).

FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

Posteriormente, requereu (i) a juntada aos autos das certidões de dívida ativa referentes aos créditos constituídos e inscritos em face da falida; (ii) a reserva do montante integral dos créditos apresentados; (iii) e a inclusão imediata dos créditos incontroversos no Quadro Geral de Credores, observada sua classificação (fls. 7267/7283).

No item 8.2 da decisão de fls. 7624/7634, este juízo determinou que o síndico e o perito contador promovessem a reserva integral dos créditos apresentados, garantindo que os valores referentes aos créditos tributários informados pelo Município de São Paulo sejam devidamente preservados até a resolução de todas as questões pendentes. Determinou, ainda, que o síndico cumprisse "todas as diligências determinadas pela Superior Instância, nos exatos termos do acórdão proferido".

Em seguida, o síndico apresentou parecer contábil sobre o crédito do Município de São Paulo, apurado em R\$ 953.169,35 (antes da quebra) e R\$ 760.097,81 (após a quebra) (fls. 7672/7675).

A Municipalidade concordou com o cálculo, requerendo "o rateio suplementar para o fim de pagamento das dívidas extraconcursais (com fatos geradores após a data da quebra), as quais deverão observar a data de apresentação dos cálculos (30/06/2024), bem como o pagamento das dívidas tributárias não pagas em rateios anteriores por infringência à paridade dos Entes Federativos (valores apresentados para data da quebra)" (fl. 7688).

Na última decisão, este juízo esclareceu que:

"Os créditos tributários, independentemente de seus fatos geradores terem ocorrido antes ou após a decretação da falência, não possuem preferência sobre os créditos trabalhistas no regime do Decreto-Lei 7.661/45, conforme estabelecido nos artigos 186 e 188 do Código Tributário Nacional (em sua redação original), no artigo 102, § 1°, do Decreto-Lei 7.661/1945, e consolidado no entendimento jurisprudencial firmado nos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 1162964.

Diante disso, a Fazenda Municipal deverá aguardar a conclusão da conta de liquidação para receber seus créditos, respeitando-se a ordem legal de preferência."

**6.2.** Com o objetivo de evitar questionamentos futuros, passo a **deliberar**, **de forma definitiva**, acerca do valor e da classificação do referido crédito, bem como das demais

FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS Praça João Mendes s/n°, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

questões definidas pelo Eg. Tribunal de Justiça.

Primeiramente, esclareço à Fazenda Pública que esta falência não é regida pela Lei 11.101/05, mas pelo **Decreto-Lei 7.661/45**, em consonância com o previsto no art. 192 da atual Lei. Como consequência, os tributos relativos a fatos geradores anteriores e posteriores a data da quebra não se enquadram nos arts. 83, III, e 84, V, da Lei 11.101/05, respectivamente.

De fato, na sistemática do Decreto-Lei, os créditos tributários com fatos geradores anteriores à decretação da falência têm preferência sobre aqueles com fatos geradores posteriores, configurando **situação inversa** à prevista na legislação atual. Ademais, conforme já exposto na decisão anterior, os créditos tributários, independentemente de seus fatos geradores terem ocorrido antes ou após a decretação da falência, **não possuem preferência sobre os créditos trabalhistas no regime do Decreto-Lei 7.661/45**, conforme estabelecido nos artigos 186 e 188 do Código Tributário Nacional (em sua redação original) e no artigo 102, § 1°, do Decreto-Lei 7.661/1945.

Nesse sentido, o voto da Ministra Relatora Nancy Andrighi, ratificado pela **Corte Especial** do Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos EREsp 1162964/RJ:

"O art. 124 da antiga Lei de Falências determinava que os encargos e dívidas da massa fossem pagos prioritariamente sobre créditos concursais, ressalvando expressamente, porém, o comando do art. 102, cujo § 1º dispunha que 'preferem a todos os créditos admitidos à falência a indenização por acidente do trabalho e os outros créditos que, por lei especial, gozarem dessa prioridade'.

Nesse aspecto, o CTN – erigido ao status de Lei Complementar pela CF/88 – na redação então vigente, dispunha em seu art. 186 que 'o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho'.

O art. 187 do CTN, por sua vez, estabelecia que 'a cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento'.

Finalmente, o art. 188 do CTN regia serem 'encargos da massa falida, pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa, os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência'. A redação do

FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

artigo é falha e gera dúvidas interpretativas, mas, a partir de uma exegese sistemática, realizada à luz dos artigos anteriores, conclui-se inevitavelmente que, ao alçar os créditos tributários surgidos após a quebra à condição de encargos da massa, pagáveis preferencialmente a "quaisquer outros", o legislador evidentemente referiu- se a quaisquer outros encargos da massa e não a quaisquer outros créditos da falência, tanto que, como visto, o art. 186 do CTN dispunha expressamente que "o crédito tributário prefere a qualquer outro", **excepcionando apenas os créditos decorrentes da legislação do trabalho**.

Ademais, se a expressão 'quaisquer outros' se referisse a quaisquer outros créditos da falência, os encargos da massa também teriam preferência frente aos créditos trabalhistas, do que não se cogita.

Assim, sob a égide do DL nº 7.661/45, os créditos tributários anteriores à falência eram extraconcursais e tinham privilégio sobre os encargos da massa. Entre os encargos da massa, os créditos tributários surgidos após a quebra tinham preferência absoluta" (grifos nossos).

Portanto, **determino**, em consonância com o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, que os créditos tributários com fatos geradores anteriores à quebra sejam inscritos com preferência sobre os créditos com fatos geradores posteriores à quebra, mas ambos posicionados abaixo dos créditos derivados de relações trabalhistas.

Em relação aos cálculos apresentados, considerando a manifestação favorável da Fazenda Pública e a ausência de impugnações por parte dos demais credores, **acolho integralmente** o parecer do perito contador de fls. 7672/7675.

**Intime-se** o Síndico para que proceda à **anotação definitiva** do crédito no Quadro Geral de Credores, nos termos acima expostos.

**Intime-se** o Município de São Paulo para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove nos autos a efetiva suspensão das execuções fiscais movidas contra a massa falida, conforme determinado pela Superior Instância.

#### 7. Conta de Liquidação/Rateio

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

**7.1.** O juízo determinou ao Banco do Brasil S/A que fornecesse ao síndico ou preposto a totalidade dos comprovantes de resgates confirmados nos autos, a partir de abril de 2023 até a presente data, devendo constar nome do beneficiário, data e valor de cada operação. (fls. 7704).

O síndico requereu a juntada do ofício devidamente protocolado junto ao Banco do Brasil S/A (fls. 7725). Posteriormente, solicitou que fosse reiterado o ofício ao Banco do Brasil S/A, referente à decisão de fls. 7726/7730, sob pena de aplicação das sanções previstas em lei (fls. 7761).

**7.2. Oficie-se** ao Banco do Brasil para que forneça ao síndico ou preposto a apresentação dos comprovantes de pagamento e informações sobre eventuais estornos, nos termos da decisão anterior, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de **multa diária** de R\$ 5.000,00, limitada inicialmente ao valor de R\$ 50.000,00.

A presente decisão, assinada digitalmente, servirá de ofício, com ônus de protocolo ao Síndico, que deverá comprová-lo no prazo de 5 (cinco) dias.

Na hipótese de descumprimento, deverá o Síndico providenciar a instauração de incidente para a execução da multa (art. 537, § 3°, do CPC), sem necessidade de nova manifestação deste juízo.

Sem prejuízo, determino que o Síndico <u>atue ativamente</u> no acompanhamento e fiscalização do fornecimento dos comprovantes de pagamento e informações sobre eventuais estornos pelo Banco do Brasil, garantindo o efetivo cumprimento da ordem judicial.

**7.3.** Após a apresentação das informações solicitadas pelo Banco do Brasil, o síndico deverá apresentar, no prazo subsequente de **15 (quinze) dias**, conta de liquidação.

Com a apresentação da conta, **intimem-se** os credores e demais interessados, mediante publicação no Diário da Justiça Eletrônico (DJE), bem como **todas** as Fazendas Públicas relacionadas no Quadro Geral de Credores, por meio do <u>portal eletrônico</u>, concedendo-se o prazo comum de 10 (dez) dias para manifestação.

#### 8. Intimem-se. Cumpra-se.

Oportunamente, ao MP e, então, conclusos.



### **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO** COMARCA DE SÃO PAULO FORO CENTRAL CÍVEL

3ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS Praça João Mendes s/nº, 1823/25/27/29, Centro - CEP 01501-900, Fone: 11 2171-6605, São Paulo-SP - E-mail: sp3falencias@tjsp.jus.br Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às17h00min

São Paulo, 15 de abril de 2025.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA